

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Edição 53

Ano 20

Volume 06 – Ciências Sociais

Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)

2024

2024

2024

2024

Niterói – RJ

Revista Querubim 2024 – Ano 20 nº 53 – vol. 06 – Ciências Sociais – 70p. (junho – 2024)
Rio de Janeiro: Querubim, 2024 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais
Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Alline Cristina Campos da Silva et al – Vulnerabilidade familiar: fator que influencia na aprendizagem da criança	04
02	Ana Cláudia Cavalcanti de Araújo et al – Educação financeira nas escolas e formação de empreendedores	10
03	Ana Raquel Reis Gomes et al – Vygotsky e Bourdieu sob análise: a questão do meio social e o capital cultural na reprodução das desigualdades	18
04	Catarina Mont’Alvão de Freitas – Percepção dos brasileiros sobre empresas de <i>e-commerce</i> chinesas e a ruptura de antigos <i>mindsets</i>	29
05	Ezequiel Pedro Farias Cajueiro e José Adelson Lopes Peixoto – A representação estereotipada do indígena na música “Brincar de índio”	36
06	Fabiano Kapelinski et al – A importância da inovação no cooperativismo: um estudo de caso utilizando o modelo radar da inovação	44
07	Franklin Vieira de Araújo et al – A lei de responsabilidade fiscal como ferramenta gerencial para a administração pública municipal	51
08	Gilcerlandia Pinheiro Almeida Nunes Melo – Raízes de um povo: indígenas, europeus, africanos [...] agora, brasileiros	58
09	Jaíne Cristiane Wentroba et al – O cooperativismo na educação pós pandemia	64

VULNERABILIDADE FAMILIAR: FATOR QUE INFLUENCIA NA APRENDIZAGEM DA CRIANÇA

Aline Cristina Campos da Silva¹
Ana Cláudia Cavalcanti de Araújo²
Douglas Vasconcelos Barbosa³

Resumo

o objetivo deste trabalho consiste em refletir como a vulnerabilidade familiar interfere na aprendizagem da criança. A metodologia aqui abordada, é a pesquisa de natureza bibliográfica e qualitativa e a conseguinte problemática foi no sentido de saber: como a vulnerabilidade familiar afeta a aprendizagem da criança? Destarte, os resultados apontam para a necessidade de encaminhamento necessários a discussão da temática e uma reflexão sobre o papel do Poder Público e a importância de a família ser presente em todas as áreas na vida da criança, não menos importante, a área educacional.

Palavras-chaves: Vulnerabilidade; Família; Aprendizagem.

Resumen

El objetivo de este estudio es reflexionar sobre cómo la vulnerabilidad familiar interfiere en el aprendizaje de los niños. La metodología que aquí se aborda es la investigación bibliográfica y cualitativa y el problema consecuente fue en el sentido de saber: ¿cómo afecta la vulnerabilidad familiar al aprendizaje del niño? Así, los resultados apuntan a la necesidad de la necesaria discusión del tema y una reflexión sobre el papel del Poder Público y la importancia de que la familia esté presente en todos los ámbitos de la vida del niño, entre ellos, el educativo.

Palabras clave: Vulnerabilidad; Familia; Aprendizaje.

Introdução

A temática da vulnerabilidade familiar é discutida por pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Nesse sentido, pensar nessa temática envolvendo os aspectos da educação e a família, mais precisamente o aprendizado da criança, é o caminho que pensamos para dialogar nessa investigação científica. Dessa maneira, o percurso aqui trilhado tende a solucionar nossa problemática de modo a contribuir com o campo de estudo da grande área educacional e suas intersecções.

Por conseguinte, a justificativa de nosso trabalho é de natureza acadêmica. Ademais, as estratégias adotadas a seguir, em nosso texto, caminham no sentido de diálogo com os autores e legislações que são afeitos à temática abordada. Assim, falar de vulnerabilidade familiar é debater questões que estão presentes em diversas casas brasileiras. De tal modo, de acordo com Prati, Couto e Koller (2009, p. 405) “famílias vulneráveis são aquelas nas quais os indivíduos que a

¹ Pedagoga formada pela Faculdade de Ciências de Timbaúba (FACET).

² Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências de Timbaúba FACET/PE. Professora das disciplinas de Gestão e Organização Escolar, Práticas Pedagógicas I, Economia e Metodologia da Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão do Curso I, nos cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Direito e Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências de Timbaúba FACET/PE. Mestrado em Economia – UFPB e Doutora em Educação – PPGE – UFPB

³ Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pós-graduado em Ciência Criminal pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Pós-Graduado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Docente de Ensino Superior. Avaliador Ad Hoc em revistas científicas e projetos.

compõem apresentam *deficits* em seus recursos pessoais”. Destarte, de importância contemporânea, é preciso falar sobre esse tema.

O texto tem – e possui – como estrutura o seguinte percurso: (1) inicialmente, o percurso metodológico; depois, (2) será discutido o termo família e sua base educacional para vida da criança; posteriormente, (3) discutiremos o conceito de vulnerabilidade familiar e sua influência na aprendizagem da criança e, logo em seguida, (4) traremos algumas considerações finais pertinentes. Ressalte-se que esse texto não tem a pretensão de esgotamento temático, uma vez que temos objetivos precisos e delineados ao que, aqui, se almeja.

A natureza da metodologia de nossa investigação

O caminho metodológico traçado, busca alcançar o objetivo geral deste trabalho, como já demonstrado anteriormente, que é refletir como a vulnerabilidade familiar interfere na aprendizagem da criança. Ademais, os objetivos específicos foram os seguintes: identificar a família como base educacional; observar a família como um fator que influencia na aprendizagem da criança; verificar como a vulnerabilidade afeta a criança e a família. Igualmente, tivemos como questão norteadora o seguinte problema de pesquisa: como a vulnerabilidade familiar afeta a aprendizagem da criança?

Assim, tal como aduz Deslandes (2016, p. 36) “um problema decorre, portanto, de um aprofundamento do tema. Ele é sempre individualizado e específico”. Para esse problema específico e individualizado, como o nosso, foi preciso apontar a hipótese que, ainda nas palavras de Deslandes (2016, p. 39) “a hipótese é também um diálogo que se estabelece entre olhar criativo do pesquisador, o conhecimento existente e a realidade a ser investigada”. Desta maneira, apontando como hipótese, tivemos o argumento de que se houvesse uma base familiar estruturada, redes de apoios que cooperassem em tal área, muitos males seriam evitados durante o desenvolvimento/aprendizagem da criança.

Para tanto, em buscas de respostas que pudesse afirmar e/ou refutar nossa hipótese, foi utilizado como metodologia a pesquisa bibliográfica e qualitativa. Não pretendemos esgotar a temática que permeia esse trabalho. No que tange à pesquisa bibliográfica, levando em consideração os dizeres de Taquette e Borges (2021, p. 56), ela “consiste na coleta de informações a partir de textos, livros, artigos e demais materiais de caráter científico. Tem como foco analisar os diversos ângulos de um mesmo problema, a partir dos pontos de vista de variados autores”. Foi o que pretendemos com essa investigação, mas sem esgotar a temática.

Já no que tange à pesquisa qualitativa, pode-se afirmar que “a pesquisa qualitativa é aquela que se preocupa com um nível de realidade que não pode ser medido com números” (Taquette; Borges, 2021, p. 53). Outrossim, de acordo com Minayo (2016, p. 21) “a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados”. Significados esses que percorremos e interpretamos de acordo com a realidade dos dados de nossa pesquisa. Ademais, a interpretação dada aos dados do presente texto científico, gira em torno do que aduz Minayo (2012, p. 625), ou seja, “a interpretação nunca será a última palavra sobre o objeto estudado, pois o sentido de uma mensagem ou de uma realidade está sempre aberto em várias direções”.

Família: alguns conceitos e sua base educacional para vida da criança

Durante toda a história, família é um termo usado para conceituar um grupo de indivíduos que fazem parte de um grau de parentesco, que possuem uma cultura, religião e valores particulares. De acordo com Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 100), “a família é considerada a primeira agência educacional do ser humano e é responsável, principalmente, pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social”.

A Legislação Maior do nosso Estado Democrático de Direito, em seu artigo 205 aduz que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado” (Brasil, 1988). Isso pode garantir, inclusive, políticas públicas direcionadas a essa instituição, ou seja, a família. Atualmente, de acordo com os estudos de Rezende (2012 *apud* Campos; Melo, 2022, p. 4) existem diferenciados arranjos de famílias, ou seja,

nessas novas formas, encontram-se famílias de pais separados (em que os filhos não convivem com a figura materna ou paterna), constituídas por casais homossexuais com filhos (adotados ou gerados em laboratório), formadas por irmãos e sobrinhos, avós, netos, entre outros parentescos, famílias monoparentais (constituídas apenas de filhos e uma figura parental), famílias formadas por uniões de pessoas com filhos de outros casamentos e mais formas de famílias a serem definidas.

De toda forma, nos dias hodiernos, Campos e Melo (2022, p. 4), baseados nos estudos de Rezende (2012), mencionam que “nesse contexto, a definição contemporânea de família acaba sendo alicerçada nos aspectos afetivos de proximidades com entes queridos e na opinião dos membros sobre o que os fazem ser parte de uma família”. Percebe-se que tais argumentos podem estar direcionando, não para um modelo patriarcal, mas amplo da constituição familiar.

Barbosa (2020), ao pesquisar crianças em situação de rua, percebeu que a constituição familiar pode consistir com vínculos de afinidade e afetividade a partir dos dados obtidos e construídos. Ademais, na pesquisa desse autor, para os meninos e as meninas que vivem em situação de rua em determinada capital brasileira, “a família pode ocupar diferentes posições no pensamento dos sujeitos de direito dessa pesquisa tendendo trilhar um caminho que perpassa, ora como sendo algo bom e que protege, ora como agressor e ameaça” (Barbosa, 2020, p. 145).

Na pesquisa de Barbosa (2020) há algo, supostamente, convergente com Cardoso (2018, p. 67), ou seja, “a ideia de família ultrapassa as fronteiras da casa, que é sempre referência para eles; vai além da fronteira do estado, da constituição pai e mãe e da consanguinidade”. Ademais, segundo Constituição Federal Brasileira, no artigo 205, mas em seu § 4º, aduz que “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Brasil, 1988). No Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, Lei n.º. 8.069 de 13 de julho 1990, em seu artigo 25 confirma os termos da Constituição Federal Brasileira, já mencionada, e atesta que

Art. 25. Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade (Brasil, 1990).

De todo modo, sabe-se que a família é uma das principais instituições mediadoras dos padrões de um modelo cultural, pois é (pode ser) o primeiro ambiente de comunicação da criança, na “transmissão” de valores, crenças e significados presentes na sociedade e o contexto em que estão inseridas. Ademais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 1º, diz que:

a educação abrange os processos formativos que se **desenvolvem na vida familiar**, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996, grifos nossos).

Dessa forma, percebe-se a importância de a família como aquela que também abrange os processos formativos (Brasil, 1996), suas diversas formas de constituição entre seus membros no mundo contemporâneo e o direito delas de terem proteção especial por parte do Estado Brasileiro, como aduz a Constituição Federal da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988).

Vulnerabilidade (familiar) e sua influência na aprendizagem da criança

Inicialmente, resolve-se, por bem, apresentar alguns apontamentos importantes acerca desse tempo vulnerabilidade. Desta forma, de acordo com Nichiata et al. (2011, p. 1770), “o conceito de vulnerabilidade tem suas raízes no campo dos direitos humanos. Origina-se da discussão sobre os direitos de cidadania de grupos sociais considerados vulneráveis, em função da fragilidade na consecução de seus direitos”.

Segundo os estudos de Scott et al. (2018, p. 602), o conceito de vulnerabilidade pode ter tido surgimento na década de 1980 e estava ligado ao contexto da saúde, por conta de resposta para uma determinada epidemia denominada de “Human Immunodeficiency Virus (HIV)/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)”.

Ainda segundo esses autores, “o termo vulnerabilidade já assumiu várias conotações, entre estas, designando grupos ou indivíduos fragilizados, juridicamente ou politicamente, que necessitam de auxílio e proteção para a garantia de seus direitos como cidadãos” (Scott et al., 2018, p. 602).

Fato interessante é que, quiçá convergindo com Scott et al. (2018, p. 602), Oliveira et al. (2021, p. 3), aduzem que

nesse contexto, a vida familiar depende de condições que sejam satisfatórias para sua sustentação e para manutenção de vínculos, uma vez que situações de vulnerabilidade podem vir à tona sempre que a família se depara com dificuldades para socializar e amparar seus membros.

Nos dizeres de Prati, Couto e Koller (2009, p. 405) “famílias vulneráveis são aquelas nas quais os indivíduos que a compõem apresentam *deficits* em seus recursos pessoais”. No entanto, esses mesmos autores continuam argumentando que, “entretanto, é importante salientar que famílias em vulnerabilidade social não se restringem às famílias com baixo nível sócio-econômico. Todos os sistemas familiares enfrentam adversidades que compõem seu processo de desenvolvimento” (Prati; Couto; Koller, 2009, p. 407).

No que tange à educação, na aprendizagem da criança, a questão da vulnerabilidade precisa ser observada e discutida, isso porque, como bem sugerem os autores acima, um grupo de indivíduos precisam da garantia de seus direitos, no sentido de que possam ultrapassar as dificuldades de seus membros (familiares) socializarem e, também, ampará-los, conforme aduziu Oliveira et al. (2021). Desta forma,

o sistema familiar é reconhecido por vários teóricos como sendo de fundamental importância para a socialização primária e para a formação da identidade da criança. Como instituição, ela propicia à criança, e mais tarde ao adolescente, uma estrutura que garanta uma rede que promova apoio relacionado a problemas de diversos âmbitos, tais como sociais, escolares e financeiros (Pekrun, 2001; Rollett; Werneck, 2002; Schneewind, 1999, *apud* Teodoro; Cardoso; Freitas, 2010, p. 324).

Desta maneira, a família tem um papel fundamental na vida da criança, sua importância não é apenas manter em suas necessidades secundárias, mas também a sua principal funcionalidade é no desenvolvimento pessoal, moral e educativo do indivíduo. Cardoso (2018, p. 57) nos chama atenção para o fato de que “a família assume importante papel na socialização primária e no processo de mediação com o mundo, com a sociedade”. Nesse sentido, ainda de acordo com Cordeiro (2018, p. 51), “a educação é inerente à formação do ser humano e independe de sala de aula e de professor para que aconteça. Ela precisa ser compreendida a partir de uma ótica conceitual ampla, não restrita apenas a unidades escolares”.

No entanto, uma família vulnerável socialmente, pode fazer com que as crianças que a compõe venham apresentar dificuldades quanto ao processo de aprendizagem, isso porque, tal como se viu nos argumentos de Oliveira et al. (2021), anteriormente, a família carece de condições que sejam satisfatórias para sua sustentação e manutenção. Desta maneira, não estando, certamente, as crianças podem ter dificuldades educacionais, ou seja, a vulnerabilidade familiar pode afetar a aprendizagem das crianças.

Considerações Finais

Não pretendendo finalizar, podemos afirmar que, no Brasil, onde famílias vivem em uma situação de precariedade familiar, ambiental, educacional e moral, a vulnerabilidade está presente nos lares brasileiros, inclusive os mais carentes de recursos e políticas públicas de qualidade. E a criança é o indivíduo mais afetado. Assim, quando não se tem uma base estrutural familiar, onde a criança encontre apoio, afeto, atenção, entre outros aspectos, o seu desenvolvimento, sobretudo a aprendizagem, será interferido por tais situações, o que requer ações conjuntas por parte do Estado e da sociedade.

Destarte, verifica-se a necessidade urgente de amparar as famílias que se encontram em estado de vulnerabilidade, como também um olhar direcionado para a questão da aprendizagem das crianças que estão inseridas em famílias com essa situação aqui aventada e discutida, de modo a garantir seus direitos na sociedade contemporânea brasileira. Não menos importante, um olhar dos governantes para políticas públicas que possam – ou venham – minimizar e/ou findar com a vulnerabilidade e ampliar o acesso à educação com demandas que sejam condizentes com a realidade de crianças em situação de vulnerabilidade.

Considerando-se que nenhum conhecimento é finito, que não se esgota na objetividade do pensamento e das pesquisas científicas, com vistas em novos estudos, é preciso estarmos atentos com buscas aprofundadas, novas informações à luz desse tema tão importante hodiernamente em nosso meio social. Pois, essa é uma parcela da ampla visão desse determinado assunto, com um apontamento para estudos futuros, novas pesquisas, novos conhecimentos a serem agregados nesse contexto.

Referências

- BARBOSA, D. V. **“Todo dia tem rebuliço”**: os meninos e meninas em situação de rua e as percepções de cidadania em espaços urbanos. 2020. 191 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.
- BRASIL. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de dezembro de 1996.

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G. S. de; SILVA, B. A. da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da FUCAMP**, v.20, n.44, p.1-15/2021.

CAMPOS, L. L.; MELO, A. K.. Noção de família(s) no campo da saúde brasileira: ensaio teórico-reflexivo. **Escola Anna Nery**, v. 26, p. e20210197, 2022.

CORDEIRO, F. de O. **A função social da escola: relação família-instituição e suas tensões na ação compartilhada.** 258 f. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2018.

DESLANDES, S. F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. *In*: MINAYO, M. C. DE. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 29-55.

MINAYO, M. C. DE S.. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012.

MINAYO, M. C. DE. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

NICHIATA, L. Y. I. et al.. Potencialidade do conceito de vulnerabilidade para a compreensão das doenças transmissíveis. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 2, p. 1769–1773, dez. 2011.

OLIVEIRA, C. B. E. DE.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 27, n. 1, p. 99–108, jan. 2010.

OLIVEIRA, J. F. DE . et al.. A vulnerabilidade da família: reflexões acerca da condição humana. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 74, n. 1, p. e20190412, 2021.

PRATI, L. E.; COUTO, M. C. P. DE P.; KOLLER, S. H.. Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 25, n. 3, p. 403–408, jul. 2009.

TAQUETTE, S. R.; BORGES, L.. **Pesquisa qualitativa para todos.** 1ª ed. Petrópolis, RJ, Bookwire – Editora Vozes, 2021.

TEODORO, M. L. M.; CARDOSO, B. M.; FREITAS, A. C. H.. Afetividade e conflito familiar e sua relação com a depressão em crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, p. 324–333, 2010.

Enviado em 30/04/2024

Avaliado em 15/06/2024

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS E FORMAÇÃO DE EMPREENDEDORES

Ana Cláudia Cavalcanti de Araújo⁴
Ana Carolina Conceição da Silva⁵
Douglas Vasconcelos Barbosa⁶

Resumo

O objetivo geral deste estudo foi analisar a relação entre a educação financeira nas escolas e a formação de empreendedores. A pesquisa foi de natureza exploratória, com abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos se deram através de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso realizado em uma escola estadual do município de Aliança/PE, através de uma entrevista semiestruturada envolvendo professores e alunos. Como resultado, constatou-se que a implantação da educação financeira nas escolas, já nas séries iniciais, pode influenciar o caminho de jovens para o futuro mundo dos negócios impactando no crescimento econômico da região.

Palavras-chave: Educação financeira; Empreendedorismo; Formação.

Abstract

The overall objective of this study was to analyze the relationship between financial education in schools and the training of entrepreneurs. The nature of the research was exploratory, with a qualitative approach and the methodological procedures were carried out through bibliographical and documentary research and a case study carried out in a state school in the city of Aliança/PE, through a semi-structured interview involving teachers and students. As a result, it was found that the implementation of financial education in schools, already in the initial grades, may influence the path of young people to the future world of business, impacting the economic growth of the region.

Keywords: Financial education; Entrepreneurship; Training.

Introdução

O ensino financeiro oferece ao indivíduo uma visão sobre a importância da consciência financeira no que diz respeito ao controle de gastos pessoais e à formação de uma reserva de emergência para eventuais infortúnios. Tal conhecimento deve ser oferecido, inicialmente, no ambiente familiar, quando a criança tem os primeiros contatos com o dinheiro e, tenha continuidade no ambiente escolar, na tentativa de formar um cidadão consciente financeiramente nos aspectos do consumo, poupança e possibilidades para o investimento, para que o mesmo possa agir com autonomia em sua vida, na família e em sociedade.

⁴ Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências de Timbaúba FACET/PE. Professora das disciplinas de Gestão e Organização Escolar, Práticas Pedagógicas I, Economia e Metodologia da Pesquisa Científica e Trabalho de Conclusão do Curso I, nos cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis, Direito e Gestão de Recursos Humanos da Faculdade de Ciências de Timbaúba FACET/PE. Mestrado em Economia - UFPB e Doutora em Educação – PPGE – UFPB.

⁵ Egressa do Curso de Bacharelado em Administração pela Faculdade de Ciências de Timbaúba (FACET)

⁶ Mestre em Educação, Culturas e Identidades pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Pós-graduado em Ciência Criminal pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMinas). Pós-Graduado em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE). Docente de Ensino Superior. Avaliador Ad Hoc em revistas científicas e projetos.

Além desses aspectos, uma boa instrução financeira representa uma ponte para formar um empreendedor, que terá, posteriormente, a função de contribuir e induzir o desenvolvimento econômico local, através da implementação de novos negócios. Para desenvolver esse processo, o ponto de partida é o ensino da Educação Financeira nas escolas, a partir dos anos iniciais, local no qual é possível desenvolver os meios para se preparar e realizar projetos de vida.

Nesse contexto, o problema de pesquisa apresentado neste estudo é como a educação financeira desenvolvida no ambiente escolar pode contribuir para a formação de futuros empreendedores? Para tanto, o objetivo geral proposto é analisar a relação entre a educação financeira nas escolas e a formação de empreendedores, contribuindo para se alcançar o empoderamento profissional e pessoal, e o desenvolvimento econômico local.

Para desenvolver essa temática, esse texto está estruturado da seguinte forma: inicialmente será apresentado os procedimentos metodológicos; já no segundo momento serão discutidas as temáticas de educação financeira e empreendedorismo; logo em seguida a análise e a discussão dos resultados do estudo de caso envolvendo uma escola estadual do município de Aliança (PE). Por último, o texto traz as principais considerações finais.

O presente estudo não tem a pretensão de esgotar as dimensões do tema proposto, mas de contribuir para a discussão em torno da importância de uma formação financeira que favoreça uma autonomia financeira ao mesmo tempo em que possibilite a formação de empreendedores que contribuam para o desenvolvimento econômico local.

Metodologia

Para desenvolver o tema proposto a metodologia utilizada foi de natureza exploratória, que segundo Gil (2008, p. 27) “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. E a abordagem utilizada foi a qualitativa, que apresenta o ambiente natural como fonte direta da pesquisa e o pesquisador como instrumento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa (Almeida, 2011), visto que, se propôs a entender o comportamento dos indivíduos sobre um fenômeno que é essencial em nosso cotidiano, as finanças, assim como, o modo que cada pessoa consegue lidar, e a compreensão sobre essa área, buscando fazer uma relação com o empreendedorismo.

Quanto aos procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental realizada a partir do decreto de nº 10.393 de junho de 2020 e do documento de orientações para educação financeira nas escolas, apresentada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

Além de um estudo de caso realizada na escola estadual Escola de Referência em Ensino Médio Joaquina Lira, no município de Aliança (PE), no qual através de uma entrevista semiestruturada com duas professoras das disciplinas de Projeto de Vida e Empreendedorismo e Matemática e, alunos do ensino médio, foi debatido sobre a importância do conhecimento sobre finanças em sala, empreendedorismo e formação de futuros donos de negócios.

Educação financeira e Empreendedorismo

A educação financeira já é um tema bastante discutido pelos órgãos internacionais. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), há quase 20 anos, entende que:

Educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, p. 3).

Nessa perspectiva, a educação financeira diz respeito a forma de como um indivíduo consegue se organizar em termos de finanças pessoais, investimentos e gastos. É a maneira como cada um pensa sobre o dinheiro. Essa educação começa em casa através das experiências individuais que os pais passam para os seus filhos, porém deve ser visto de maneira contínua, e essa continuidade pode acontecer a partir dos anos iniciais no ambiente escolar.

Sendo assim, a educação financeira aplicada já nas fases iniciais do ensino fundamental, contribui também para desenvolver o consumo consciente, pois, de acordo com Louzada (2020) as crianças já têm acesso ao dinheiro através de mesadas, compras de créditos para o celular e até cartões de crédito, a alfabetização financeira vai contribuir para que saibam lidar com essas operações de forma consciente, através do planejamento financeiro.

A justificativa para oferecer uma educação financeira nas escolas é apresentada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), dentre outras perspectivas:

[...] por diversas razões fortemente apregoadas pelas nações estrangeiras que já acumulam experiência na área, dentre as quais se destacam os benefícios de se conhecer o universo financeiro e, utilizando-se desses conhecimentos, tomar decisões financeiras adequadas que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário. (CONEF, 2014, p. 8)

Ainda de acordo com o CONEF (2014), a educação financeira não deveria ser introduzida nas escolas apenas na adolescência e sim, desde os anos iniciais do ensino fundamental, pois, quanto mais cedo a escola trabalhar com a educação financeira, melhor serão os resultados alcançados e, uma pessoa educada do ponto de vista financeiro além de dominar os conteúdos financeiros praticados no dia a dia, apresenta condições de ter uma vida financeira saudável.

Percebe-se, dessa maneira, a importância de começar um estudo sobre as finanças ainda quando criança, já que as mesmas têm um contato muito cedo com o dinheiro, e para que essa relação seja saudável é preciso uma instrução correta, pois o futuro precisa ser preparado através da educação. Sendo assim, a ideia de uma criança ter uma educação financeira na escola contribui para que a mesma ao se tornar adulta consiga tomar decisões benéficas relacionadas ao consumo e investimentos, pois, a faixa de crianças com idade entre 6 e 14 anos tem tudo para movimentar o mercado de investimentos no futuro (Louzada, 2020).

Começar o estudo sobre educação financeira ainda na infância e colocar em prática esses ensinamentos, contribuirá para formação de um perfil mais consciente perante os gastos pessoais, colaborando também para a construção de um futuro melhor. Além de formar futuros investidores com a visão dinâmica de mercado, empreendedores que vão movimentar a economia, gerar oportunidades de empregos e de forma criativa saber usar e onde aplicar suas finanças. Se ensinado desde as fases iniciais da vida de uma pessoa pode acabar se tornando um hábito que mais tarde poderá se desenvolver e virar algo prazeroso (Louzada, 2020).

Nessa perspectiva, o impacto do ensino da educação financeira no ambiente escolar tem um efeito propagador, pois atinge desde os educadores que precisam de treinamentos para passar de forma dinâmica o conteúdo em sala de aula, até os pais desses alunos, que vão ser educados de forma indireta por seus próprios filhos. Portanto, se educar financeiramente é a chave para um futuro mais tranquilo e confortável, mas,

Infelizmente, a imensa maioria das pessoas no Brasil cresceu sem ter recebido noções de educação financeira, seja informalmente, no núcleo familiar, ou formalmente, na escola ou faculdade. Geração após geração, o brasileiro se tornou pouco poupador e nada habituado a observar os próprios gastos, deixando tudo para depois, inclusive a busca por conhecimento básico sobre finanças e investimentos (Nigro, 2020, p.15).

O autor enfatiza a carência que os brasileiros apresentam simplesmente pela falta do conhecimento, e a falta de incentivo, tanto familiar, como educacional, ressaltando que é essencial preparar o futuro, a nova geração, adultos que saibam se planejar e ter uma visão de investimentos. Pensar de maneira correta em como viver uma vida de equilíbrio, e saber o destino ideal para o seu próprio dinheiro, buscando para tal, o conhecimento desde cedo.

O aspecto financeiro é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional. Entender o que é uma taxa de juros, quais as vantagens que um cartão de crédito oferece na vida de uma pessoa como consumidor, começando de forma mais simples até chegar ao foco principal, que é tornar o indivíduo consciente para todas as decisões que envolvam o dinheiro.

O que leva a refletir que “se as escolas ensinassem às pessoas sobre finanças, haveria mais dinheiro e preços mais baixos, mas as escolas estão preocupadas em ensinar as pessoas a trabalharem pelo dinheiro e não a controlarem o seu poder” (Kiyosaki, 2017, p.65). Percebemos que, é a partir da educação que é possível encontrar a disciplina, e o caminho que levará ao êxito.

No ramo financeiro não seria diferente, a inteligência precisa ser desenvolvida para resolver os problemas de um jeito mais prático e inovador. Uma pessoa consciente de seus atos consegue lidar de forma mais fácil com as adversidades à sua volta. Desta forma, “a inteligência resolve problemas e gera dinheiro. Dinheiro sem inteligência financeira desaparece” (Kiyosaki, 2017, p. 65).

Aprender sobre a importância do dinheiro causa um efeito positivo em uma pessoa, logo está se tornando mais proficiente e apto para alcançar a independência financeira e construir um futuro promissor, por exemplo, tornando-se um empreendedor contribuindo para o desenvolvimento local.

Empreendedorismo pode ser entendido como “[...] fazer algo novo, diferente, mudar a situação atual e buscar, de forma incessante, novas oportunidades de negócio, tendo como foco a inovação e a criação de valor” (Dornelas, 2021, p. 07). Nessa busca de valores, deve-se focar na eficácia, na busca de soluções criativas para resolver os problemas cotidianos, contribuindo para o desenvolvimento local, entendendo que o “[...] empreendedorismo tem se mostrado um grande aliado no desenvolvimento econômico, pois tem dado suporte à maioria das inovações que têm promovido esse desenvolvimento” (ibidem, p. 08).

O SEBRAE (2019) ressalta a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento do país, uma vez que esse termo é entendido como “[...] a capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para a sociedade”, ou seja, através da geração de novos postos de trabalho, da criação de produtos e serviços, gerando riqueza e consequentemente desenvolvendo a economia.

A relevância do papel do empreendedor para o desenvolvimento econômico é considerada para Schumpeter (1985) essencial, que ressalta a relevância do processo da inovação, considerado o elemento dinâmico da economia. Dessa forma, a essência do empreendedor está na percepção e no aproveitamento de novas oportunidades no âmbito dos negócios.

Nesse sentido, o empreendedorismo é essencial para o desenvolvimento local e a educação financeira pode contribuir para que essa atividade se desenvolva com mais eficiência, pois, a partir do conhecimento de finanças é possível buscar novas oportunidades para criação e/ou alavancagem dos negócios, fazendo com que o mesmo sobreviva a longo prazo no mercado cada vez mais competitivo.

Assim, a educação financeira é um fator que pode ajudar no desenvolvimento local e despertar uma mente empreendedora, pois ao conhecer o mundo dos negócios através do estudo financeiro fica mais fácil ter o interesse para essa atividade. É importante para um empreendedor ter um bom conhecimento de finanças, para que possa buscar o melhor em oportunidades e alavancar o seu negócio, fazendo com que o mesmo sobreviva a longo prazo no mercado competitivo.

É preciso estar atento a todas as áreas de uma empresa, em especial a parte financeira, logo é ela que vai garantir a sustentabilidade do ciclo operacional da mesma. Além desse fato, o empreendedor precisa aprender e acompanhar o impacto do mercado financeiro sobre a conjuntura nacional e setorial do seu empreendimento.

Levando em consideração todos esses aspectos, é evidente que a educação financeira para empreendedores é fundamental para que se alcance uma gestão adequada das finanças da empresa e garantir o sucesso de seu negócio, contribuindo de forma positiva para o desenvolvimento econômico do país.

Para que o empreendedorismo se torne possível, e os indivíduos que ainda estão em formação tenham interesse pela área é necessário começar do básico, ensinando sobre o que se trata a educação financeira, de como ela pode ser útil na vida de cada um. Além de propiciar o empoderamento pessoal e profissional, a educação financeira pode ser considerada como uma ponte para formar futuros empreendedores, contribuindo para a construção de um país mais desenvolvido, menos desigual.

Para Fonseca (2020) empreendedorismo pede criatividade, enquanto a educação financeira pede razão. Assim, construir um negócio de sucesso passa pela união dessas duas competências. Saber ganhar, poupar, investir e pensar sobre dinheiro é fundamental para construir um empreendimento competitivo e, acima de tudo sustentável.

O desafio dessa relação não se resume simplesmente ao fato de abrir um novo negócio e levar para o mercado, mas em manter esse empreendimento sólido, fazendo com que ele se amplie a longo prazo. Para isso, se torna imprescindível que o empreendedor busque a qualificação e uma educação que lhe traga benefícios profissionais e pessoais. Começar um negócio com finanças saudáveis faz toda a diferença para se manter no mercado a longo prazo.

Nesse sentido, a educação financeira acompanha o empreendedorismo, ideias inovadoras precisam ser aplicadas de modo correto, visando no ponto principal, a saúde financeira do empreendimento. É preciso formar futuros empreendedores, profissionais com espírito de líderes, com mentes criativas e uma boa base de como gerir as finanças da sua empresa. E, ter uma relação positiva com o seu próprio dinheiro é o começo para saber gerenciar um negócio próspero e o ideal é que esse conhecimento aconteça nos anos iniciais da educação básica.

No Brasil existe o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) cujas ações resultaram em um projeto piloto, entre 2008 e 2010, que levou educação financeira à rede pública de ensino médio dos estados do Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e do Distrito Federal (MEC, 2010). Nesse período, foi instituído o Decreto nº 7.397/2010 que implantou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) sendo revogado pelo Decreto nº 10.393 em junho de 2020, que determina no seu artigo 1º: Ficam instituídos: I – A nova Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País; e II - O Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF (Brasil, 2020).

Em 2023 foi realizada pelo ENEF a 10ª Semana Nacional de Educação Financeira, abordando o tema “Resiliência financeira”, na qual todas as 26 unidades federativas, mais o Distrito Federal, promoveram ao menos uma iniciativa educacional de estímulo às ações de educação financeira nas escolas públicas e privadas.

Discussão e análise dos dados

A relevância entre a educação financeira e o empreendedorismo foi analisada a partir da entrevista semiestruturada realizada com duas professoras e alunos do ensino médio, na qual foi possível perceber que os mesmos estão cientes da temática educação financeira, e estão engajados a realizar atividades que promovam ainda mais conhecimentos nessa área.

A escola oferece uma disciplina específica sobre o ensino do empreendedorismo, na qual o professor ensina sobre o uso de ferramentas, e algumas habilidades que os proprietários de negócios precisam ter. Tudo isso com o foco em despertar o senso crítico do aluno, desenvolvendo a sua capacidade de analisar, e buscar informações para complementar seu conhecimento sobre o assunto. Dessa forma, são realizadas algumas atividades dentro da disciplina intitulada de Projeto de Vida e Empreendedorismo e da disciplina de Matemática

A professora de Projeto de Vida e Empreendedorismo enfatizou a relevância da educação financeira no contexto familiar, pois, de acordo com ela, “a educação financeira se trata de aplicar as próprias finanças de maneira inteligente, e esse ato começa de casa realizando pequenas atitudes”.

Observou-se, pela fala das professoras entrevistadas, a importância da necessidade de se abordar a educação financeira no ambiente escolar, para que os alunos consigam absorver conceitos relevantes para a vida adulta. Nesse aspecto, a escola representa o caminho fundamental para educar a sociedade sobre finanças, pois, trata-se de um efeito propagador, os alunos transferem o conhecimento adquirido em sala de aula para suas famílias, expandindo, assim, para toda a sociedade.

Ainda sobre o estudo relacionado ao empreendedorismo, a professora de matemática, que também é dona de um restaurante localizado no município, destacou a importância de que empreender é apostar em algo que tenha que lhe traga um retorno positivo. E para tanto, é essencial saber administrar, ter conhecimento de todas as entradas e saídas financeiras, para que se consiga ter uma visão real do negócio.

Na perspectiva dos alunos que foram entrevistados, observou-se que apesar desse assunto ainda está em fase de amadurecimento, os mesmos já percebem a relevância do tema e o impacto na conscientização de uma vida financeira saudável. Entretanto, ainda é necessária alguma orientação para que os mesmos se sintam estimulados e seguros para colocar em prática os ensinamentos no seu dia a dia e tornar-se um empreendedor pois, para que uma pessoa tenha o seu

próprio negócio ela precisa ter conhecimentos na área de finanças e não há como investir sem conhecer e ter o domínio do orçamento de um negócio.

Nesse sentido, um aluno do primeiro ano ressaltou que “sem uma educação financeira não há como ter um negócio sustentável”. De uma forma geral, os alunos salientaram que se um empresário não consegue organizar a vida financeira pessoal, então fica claro que também não conseguirá manter em ordem a entrada e saída dos recursos de sua empresa. O processo de planejamento deve começar no âmbito pessoal, pois, para ter uma gestão eficaz o passo inicial é ter suas finanças pessoais controladas.

Já com referência ao tema de empreendedorismo, um aluno do segundo ano destacou que, “o empreendedorismo é quando eu sei a meta, e o objetivo que quero atingir”. Ele também ressaltou que a persistência para se desenvolver determinada ideia de negócio tem início com a identificação das oportunidades e ameaças, para posteriormente saber o momento certo de investir recursos para criar um novo negócio, ou inovar algo que já existe fazendo as melhorias necessárias.

No final da entrevista, chegou-se ao entendimento de que o empreendedorismo é uma forte influência para o desenvolvimento local, pois, é a partir dele que surgem novas empresas e mais oportunidades no mercado de trabalho. Além de ajudar a desenvolver a tecnologia e a criar novos produtos e serviços para o mercado de consumo, aumentando a competitividade.

Considerações Finais

A educação financeira exerce influência na vida de uma pessoa, seja na hora de gastar ou de poupar é preciso pensar de maneira racional quando a questão é dinheiro. No presente artigo foi analisado como o ensino financeiro pode auxiliar na formação de empreendedores, pessoas que contribuirão para uma sociedade melhor.

Em virtude dos fatos mencionados é importante ressaltar que a educação financeira é algo para a vida, um assunto que se torna relevante na aprendizagem e no meio acadêmico. Ao trazê-la para as escolas será uma maneira de influenciar futuras mentes empreendedoras, além de contribuir para uma futura geração inovadora.

Destarte, foi possível apontar a importância da educação financeira nas escolas, mostrando as vantagens do empreendedorismo para o empoderamento profissional e pessoal, como uma forma de despertar o espírito empreendedor, contribuindo para o desenvolvimento econômico local. As escolas ao adotarem essa prática nas séries iniciais se tornarão um caminho para abrir a mente dos jovens para o futuro mundo dos negócios.

Na relação entre o estudo da educação financeira em sala e a formação de futuros empreendedores, fica evidente a importância da escola em oferecer o alicerce inicial do planejamento das finanças pessoais, até a motivação para o desejo de empreender.

Referências

ALMEIDA, Mário de Souza. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 10.393**, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2020.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Educação financeira nas escolas: ensino fundamental**. Brasília: CONEF, 2014.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. 8 ed. São Paulo: Empreende, 2021. [Recurso eletrônico]

ENEF - Educação financeira nas escolas. **Associação de Educação Financeira do Brasil**, 2020. Disponível em: ><https://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/>< Acesso em: 10 fev. 2024.

FONSECA, Mariana. Para empreender, educação financeira é mais importante do que você imagina. 2020. Disponível em: ><https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/para-empreender-educacao-financeira-e-mais-importante-do-que-voce-imagina/>< Acesso em: 07 jan.2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

KIYOSAKI, Robert. **Pai rico, pai pobre**. 20 ed. Atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

LOUZADA, Fabio. Educação Financeira agora é disciplina obrigatória no Brasil. **Centro do Professor Paulista**, 2020. Disponível em: ><https://www.cpp.org.br/informacao/noticias/item/15030-educacao-financeira-agora-e-disciplina-obrigatoria-no-brasil#>< Acesso em: 19 jan.2024.

NIGRO, Thiago. **Do mil ao milhão: sem cortar o cafezinho**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira. OCDE, 2005. Disponível em:

>https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/?doing_wp_cron< Acesso em: 17 jan.2024.

SCHUMPETER, Joseph. O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico. In: **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985

SEBRAE. Mas afinal, o que é empreendedorismo? 2019. Disponível em: ><https://atendimento.sebrae-sc.com.br/blog/o-que-e-empreendedorismo/>< Acesso em: 19 mar.2024.

Enviado em 30/04/2024

Avaliado em 15/06/2024

VYGOTSKY E BOURDIEU SOB ANÁLISE: A QUESTÃO DO MEIO SOCIAL E O CAPITAL CULTURAL NA REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Ana Raquel Reis Gomes⁷
Jerry Wendell Rocha Salazar⁸
Larissa Azevedo Moreira⁹
Rebeca da Silva de Albuquerque¹⁰

Resumo

Este artigo analisa as raízes históricas de teorias educacionais relevantes no contexto educacional brasileiro propostas por Vygotsky e Bourdieu. Teorias essas que nos auxiliam na compreensão dos desafios na busca pela implementação de ambientes educacionais mais democráticos, igualitários e acolhedores. Sabe-se que a educação brasileira em diferentes tempos históricos (Colônia, Império e República) até a atualidade tem sido mantenedora das desigualdades socioeconômicas. A teoria de Vygotsky enfatiza a importância do meio social no desenvolvimento infantil, enquanto a de Bourdieu destaca o papel do capital cultural na reprodução das desigualdades. O resultado das análises realizadas no limite deste texto, reforçam a necessidade de aprofundamentos sobre os desafios na construção de ambientes escolares efetivamente acolhedores que considerem as desigualdades presentes nas escolas brasileiras e a integração com abordagens pedagógicas numa perspectiva histórico social.

Palavras-chave: Vygotsky. Bourdieu. Meio Social. Reprodução. Desigualdades.

Abstract

This article analyzes the historical roots of relevant educational theories in the Brazilian educational context proposed by Vygotsky and Bourdieu. These theories help us understand the challenges in seeking to implement more democratic, egalitarian and welcoming educational environments. It is known that Brazilian education in different historical times (Colony, Empire and Republic) until today has maintained socioeconomic inequalities. Vygotsky's theory emphasizes the importance of the social environment in child development, while Bourdieu's theory highlights the role of cultural capital in the reproduction of inequalities. The results of the analyzes carried out within the limits of this text reinforce the need to delve deeper into the challenges in building effectively welcoming school environments that consider the inequalities present in Brazilian schools and the integration with pedagogical approaches from a social historical perspective.

Keywords: Vygotsky. Bourdieu. Social environment. Reproduction. Inequalities.

Introdução

Para compreendermos a amplitude das dificuldades na implementação de ambientes propícios e acolhedores no âmbito educacional, é necessário entender o processo histórico da educação na sociedade brasileira. Logo, iremos traçar uma linha do tempo nas diferentes épocas do Brasil, não como parâmetro limitante, mas como aspecto norteador das análises que serão percorridas no campo educacional brasileiro. A educação comporta-se como agente ativo da composição política, econômica e social, tal caráter intensificou-se com a primeira revolução industrial, expandindo o sistema capitalista e suas consequências.

⁷Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

⁸Professor da Universidade Federal do Maranhão (UEMA); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão.

⁹Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

¹⁰Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão.

A educação brasileira, durante o período colonial, apresentou-se como objeto político e econômico. A chegada dos portugueses e posteriormente da Companhia de Jesus culminaram o início da construção educacional brasileira, a qual tornar-se-ia refém do processo de manutenção de determinados padrões políticos, econômicos e sociais onde: “A organização escolar na colônia está, como não poderia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses” (Ribeiro, 1986, p.24).

O ambiente educacional colonial era hostil ao contexto sociocultural, visto que criou uma supremacia da cultura europeia, desconsiderando as estruturas culturais dos nativos. A ferramenta de escambo usada pelos colonizadores implicou o desenvolvimento das ações à cultura nativa. Nesse cenário, evidencia-se a violência simbólica, descrita por Pierre Bourdieu.

O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais (Bourdieu, 2012, p. 239).

Já no período imperial, a educação sofreu com as consequências do período anterior. O ambiente educacional caracterizava-se com a disparidade da distribuição da educação, o âmbito de aprendizagem era sexista e dual. Essa escola dualista, descrita por Baudelot e Establet, expõe a distinção da educação para o proletário e para a elite que posteriormente torna-se burguesia . A partir do que foi descrito, compreende-se que o sistema educacional em sua gênese está vigente na amplitude da conservação de um benefício econômico e cultural.

A escola é longe de ser um instrumento de equalização social, é duplamente um fator de marginalização: converte os trabalhadores em marginais, não apenas por referência à cultural burguesa, mas também em reação ao próprio movimento proletário, buscando arrancar do seio desse movimento todos os que ingressarem no sistema de ensino (Saviani, 2007, p.27-28).

A partir da primeira República, os acontecimentos históricos estimularam uma mudança no âmbito da educação brasileira. A ampliação da educação às classes menos abastadas começou a evidenciar uma importância no setor político e econômico. Entretanto, o caráter dualista perpetuou-se; o Estado investia em um ensino técnico, voltado para o profissionalismo, para as classes menos abastadas, já o ensino superior voltava-se para a burguesia. Esse contexto histórico norteia todas as condições substanciais da educação brasileira vigente.

Diante do recorrido, as dificuldades em propor ambientes propícios e acolhedores estão presentes na ação lenta de fragmentar estruturas que ocasionam a manutenção da desigualdade e constrói um ciclo de marginalização, já exposto por Saviani. As teorias de Vigotski e Bourdieu irão embasar o presente artigo, com o objetivo de analisar e compreender os aspectos sociointeracionistas e os efeitos do Capital Cultural.

Teoria de Vygotsky sobre desenvolvimento social e cultural

O desenvolvimento é uma teoria estudada e fundamentada de maneiras diferentes por diversos autores. Trouxemos para o presente artigo a teoria mais relevante para embasamento do tema sugerido, desse modo, o autor Vygotsky e seus pensamentos sobre o desenvolvimento se destacam em sua perspectiva cultural e histórica. Para Vygotsky, o desenvolvimento infantil pode ser visto a partir de três aspectos: instrumental (estímulos), cultural (meio social) e histórico (instrumentos sociais). O Desenvolvimento Infantil para ele está atrelado ao meio de interação do qual a criança faz parte, por esse motivo, o autor apresenta um pensamento construtivista por meio dos mecanismos de internalização e interação com o meio social.

Buscando explicar como o meio em que somos inseridos tem grande influência no desenvolvimento, trouxemos a teoria de Vygotsky. Essa teoria faz menção ao desenvolvimento mental do ser humano onde são divididas as zonas do desenvolvimento. O livro de Vygotsky, “A formação Social da Mente”, explica o conceito da Zona de Desenvolvimento Real e da Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):

A zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, ao invés de “frutos” do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (Vygotsky, 1998, p. 113).

O autor traz a ideia de que as crianças antes mesmo de frequentarem uma instituição escolar trazem consigo algum tipo de aprendizado, que por conseguinte será aprimorado de modo mais sistemático. Um exemplo muito claro é a aritmética, pois mesmo antes que as crianças tenham conhecimento da disciplina já possuem alguma noção de quantidade ou valor.

Assim, podemos afirmar que o aprendizado tem uma correlação com o desenvolvimento, uma criança não precisa necessariamente ir à escola para aprender a falar, aprende ouvindo outras pessoas falarem, assim como habilidades e atividades cognitivas. Porém, o aprendizado deve ser combinado com o nível de desenvolvimento da criança, que serão aplicados e divididos em pelo menos dois níveis: o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento proximal. Diante disso, o nível de desenvolvimento real caracteriza-se naquilo que a criança já sabe fazer sozinha, pois tem capacidade mental de desenvolver sem a intervenção de um tutor, evento no qual é nomeado de Ciclo Completo. Como afirma Vygotsky (1998, p.115):

[...] a aprendizagem não é, em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente.

Surge então a questão da idade mental, onde são aplicados problemas de diversos níveis de dificuldade, algumas crianças de idade mental avançada conseguem resolver tais questões que outras com idade mental menos avançada não conseguirão por não ter um ciclo completo. Por exemplo, uma criança com seus 8 anos de idade não pode estar mentalmente desenvolvida quanto uma criança de 12 anos. Essa distância é chamada de Zona de Desenvolvimento Proximal, que é caracterizada pelo aprendizado por meio de uma mediação que eleva o nível de conhecimento de uma criança, tornando o que era do nível proximal hoje, a ser do nível real amanhã. Por consequência, essa aprendizagem torna-se um Desenvolvimento Potencial, utilizando aquilo que já se sabe, com aquilo que ainda pode ser aprendido para possibilidades de aprimorar novos conhecimentos e habilidades.

Por essa razão, buscamos fazer uma análise de como as relações e interações como meio social podem influenciar na aprendizagem do indivíduo, visto que só se pode obter um aprendizado a partir do contato com determinado objeto, interacional proporcionado por um meio social ou intermediário. Assim, surge a necessidade de abordar a dificuldade. A dificuldade da implementação de ambientes propícios e acolhedores. Pois como na visão de Vygotsky, o meio social influencia diretamente no aprendizado e desenvolvimento tanto cultural, como pessoal.

Isso nos remete a questionar como indivíduos que estão situados em um ambiente social pouco favorável podem potencializar seu desenvolvimento, configurar habilidades e manifestar novos aprendizados sem que haja um objeto de interação que forneça tais aprimoramentos. Um exemplo, uma criança residente em uma comunidade fora da cidade, onde poucos recursos governamentais são direcionados, suponhamos que seja hábil em desenhar, mas não há recursos disponíveis para que seu desenvolvimento real torne-se em desenvolvimento proximal que por consequência desenvolva suas potencialidades. Com base nesse contexto, o presente artigo busca desdobrar linhas que permeiam a educação como precursora no desenvolvimento de crianças em sua singularidade, em um ambiente que nem sempre é favorável ou próprio para elas.

Teoria de Bourdieu sobre capital cultural e social

Pierre Bourdieu, renomado sociólogo francês, desenvolveu a teoria do Capital Cultural e Social como uma estrutura analítica para entender a reprodução das desigualdades sociais. Esse assunto tornou-se relevante para diversos cenários, mas principalmente o cenário educacional. Bourdieu trata da relevância desse assunto no que diz respeito a aspectos essenciais para a compreensão de um todo e o papel dessas estruturas na desigualdade social. Assim, nasce na sua teoria o habitus, conceito central dos estudos do autor que tem sua característica e conceito baseados na ideia de um: “sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações” (Bourdieu, 1983b, p. 65).

Em face do exposto, existem disposições incorporadas pelos agentes sociais, moldadas pela interação com estruturas sociais. Essas disposições influenciam a percepção, comportamento e escolhas individuais, operando como um princípio organizador não consciente. Esse aspecto se torna indispensável em uma análise abrangente de características sociais dentro do ambiente escolar, já que influencia nas atitudes dos alunos em relação ao aprendizado.

O autor desenvolveu essa interface no contexto da década de 1970, buscando analisar como as desigualdades permeiam de geração para geração nesse cenário, compreendendo como a sociedade molda os padrões de comportamento que reproduzem as hierarquias sociais vigentes. Nesse aspecto, Sousa, comentarista de Bourdieu, retrata essa teoria como “o habitus seria, portanto, um esquema de conduta e comportamento que passa a gerar práticas individuais e coletivas” (Souza, 2023, p. 46)

O capital cultural, por sua vez, é um termo proposto pelo autor para explicar as situações sociais, é o valor cultural transmitido de pais para filhos, ou seja, são seus hábitos, costumes, e gostos, compreendendo os recursos intelectuais, educacionais e simbólicos adquiridos ao longo da vida.

O acesso desigual a esse capital contribui para a estratificação social. Nesse contexto, o capital cultural se faz necessário para a compreensão das estruturas desiguais nos ambientes sociais. No ambiente educacional, o capital cultural desempenha um papel significativo, influenciando o desempenho acadêmico e as oportunidades de sucesso. Assim:

A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar”, ou seja, os benefícios que as crianças das diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe. (Nogueira; Catani, 1998, p. 73).

Alunos que têm um maior capital cultural, outrora designando como os recursos culturais que um indivíduo possui, como conhecimento, habilidades e traços culturais, terão mais vantagens no processo de aprendizado, pois carregam consigo experiências, vocabulário e até mesmo compreensão cultural que se internalizam e se tornam mais eficientes nas normas educacionais, influenciando na facilidade de assimilação de conteúdos e informações, tendo assim uma interação positiva no ambiente escolar.

Por outro lado, aqueles com um capital cultural mais limitado enfrentam desafios, já que não estão familiarizados com as práticas educacionais e podem ter carência de habilidades linguísticas, impactando negativamente no seu desempenho acadêmico fazendo da escola perpetuadora das desigualdades sociais.

Uma vez reconhecida como legítima, ou seja, como portadora de um discurso não arbitrário e socialmente neutro, a escola passa a poder exercer, na perspectiva bourdieusiana, livre de qualquer suspeita, suas funções de reprodução e legitimação das desigualdades sociais. (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 29).

Em face dessas relações, o capital cultural ressalta as estruturas dedutivas e sociais, acentuando as desigualdades nesses ambientes e dificultando a integração das comunidades menos favorecidas a um ambiente digno de ensino, estrutura e vantagens. Assim, o entendimento do capital cultural é crucial para criar ambientes educacionais inclusivos e equitativos, reconhecendo e abordando as disparidades que podem surgir com base nas diferentes bagagens culturais dos alunos.

Ambientes acolhedores são espaços tanto físicos como virtuais que proporcionam uma sensação de conforto, aceitação e pertencimento. Assim a interconexão desses elementos revela como ambientes acolhedores podem ser configurados, sendo moldados pela interação dinâmica entre o habitus, e o capital cultural. A relação entre os conceitos de Bourdieu e ambientes acolhedores reside na influência desses elementos na construção de espaços sociais propícios à integração. A dificuldade de se criar esses ambientes se passa justamente pela concepção de escola como reprodutora das desigualdades.

Assim “dizem que a escola é democrática, quando, de fato, é reprodutora”, “dizem que se democratizou o acesso à cultura, quando, afinal de contas, as diferenças culturais entre os grupos mantiveram-se, e até mesmo aumentaram, etc. (Lahire, 2003, p. 988).

Se cria desta maneira a necessidade de enxergar a escola como essa reprodutiva a fim de expor e criar-se modelos onde se a uma equidade educacional para propor ambientes que sejam propícios para todos.

Desafios na construção de ambientes escolares acolhedores

Ao longo dos anos a educação passou por mudanças significativas e importantes, mas isso não garantiu em sua inteireza ambientes acolhedores para todos. Tem-se discutido ao longo dessa exposição a relação das teorias e práticas educacionais expondo que não há garantia do mesmo ambiente para todos e que existem desafios a serem enfrentados para criar-se esses ambientes acolhedores.

Equilíbrio na Educação

O desenvolvimento intelectual de uma pessoa pode variar de acordo com sua capacidade de armazenar o conhecimento obtido. Mas para alcançar esse desenvolvimento é necessário um suporte apropriado, que possibilite meios para que o aprendizado se torne prazeroso. Vygotsky em sua teoria propõe um mediador que faça essa passagem das Zonas de Desenvolvimento, desde a Zona de Desenvolvimento Real, até a Zona de Desenvolvimento Potencial. A importância de um mediador qualificado é visível a partir do momento em que o indivíduo começa a apresentar novas formas de aprendizagem, ou interesses em aprender coisas novas. Quando não há alguém com conhecimento o suficiente para compreender o indivíduo em toda a sua singularidade é possível que o mesmo comece a perder o interesse no aprendizado.

Da mesma forma, quando há um mediador qualificado, mas o meio não proporciona as ferramentas necessárias para que seja executado o processo de aprendizagem de acordo com a necessidade do indivíduo, o conhecimento e a possibilidade de ultrapassar aquela Zona de Desenvolvimento é limitada.

O professor, enquanto mediador das relações estabelecidas na sala de aula, pode manter, fortalecer ou até desestimular comportamentos ligados à interação criança-criança e criança-professor, influenciando tanto os aspectos acadêmicos quanto os sociais. Dada a complexidade das demandas do ambiente escolar envolvendo o ensino formal e o desenvolvimento pessoal das crianças quanto à socialização, pode-se pensar que os professores se beneficiariam da aprendizagem e aprimoramento das suas práticas educativas quanto ao que pode auxiliar em suas ações dos psicólogos escolares em suas ações. Daí a importância de uma adequada formação dos professores, especialmente no que tange a lidar com as diferenças e com novas estratégias para o ensino de conteúdo acadêmico e social (Bolsoni-Silva, 2008, p.261).

Posto isso, queremos ressaltar a importância de um ambiente acolhedor, pronto para suprir as necessidades que serão apresentadas pelas pessoas que estão inseridas dentro desse meio.

A educação é o meio em que a criança se encontra para que alcance novas oportunidades, novas formas de conhecer e ver o mundo, o primeiro contato com a sociedade. Ter uma escola que proporcione ao aluno um ambiente acolhedor é necessário, pois vemos a realidade de nosso país que mostra na educação uma falha que prejudica uma grande parte da população por falta de um ambiente acolhedor.

A participação dos encarregados de educação e dos seus representantes em órgãos de direção testemunha a emergência de um novo paradigma de escola que, dotado de autonomia, define e incrementa as suas políticas educativas locais em parceria com as famílias e agentes comunitários. No terreno, porém, estes princípios não passam de algo que ainda está distante de encontrar eco no cotidiano da grande maioria dos nossos estabelecimentos de ensino, pelo que urge compreender as razões que condicionam essa realidade (Diogo, 1998, p.33).

Existem vários fatores que interferem na educação atualmente, um deles é a localidade das escolas. Uma escola encontrada em uma zona rural, ou em um bairro periférico, por exemplo, acaba por receber menos suporte que uma escola encontrada em um bairro no centro da cidade, ou em uma área nobre.

Bourdieu, em sua teoria, traz a perspectiva do Capital cultural onde podemos também afirmar que o indivíduo sozinho não pode obter formas de apropriação de culturas diferentes. Alinhando esse pensamento à perspectiva de Vygotsky o meio em que o indivíduo está inserido pode proporcionar novas formas de conhecimento como também pode limitar seus conhecimentos. Um exemplo, uma criança mora em uma área localizada em um ponto bem conhecido da cidade, ela frequenta uma escola pública, mas sabe tocar violino, pintar quadros, dançar balé e participa de apresentações em teatros. Outra criança mora em uma comunidade localizada em uma zona rural, ela estuda em uma escola pública, mas só tem metade dos horários preenchidos por falta de professores ou por falta de recursos pedagógicos. Qual criança tem mais facilidade em se apropriar de um bom Capital Cultural?

Concluindo, a escola deve ser o meio que possibilita novas formas de aprimorar os conhecimentos e potencialidades da criança, proporcionando não apenas um ambiente acolhedor, mas também profissionais capacitados para mediar o conhecimento que o aluno já possui.

O processo ensino aprendizagem só pode ser analisado como uma unidade. O ensino aprendizagem são faces de uma mesma moeda, onde, a relação professor/aluno é um fator determinante para aprendizagem do aluno. Para tornar esse processo mais produtivo e prazeroso, o professor deverá orientar, propiciar e testar atividades adequadas aos alunos inseridos em sala de aula e deverá planejar atividades que promovam entrosamentos mais produtivos entre as atividades aplicadas (Almeida, 2010, p. 12).

A educação como base, deve estar equilibrada. Com um ambiente preparado e recursos pedagógicos que incentivem o aluno e não os afaste ou limite-os.

Desigualdades na Escola

O Brasil é um dos países cuja desigualdade está em constante avanço. As desigualdades no Brasil são complexas e abrangem diversos domínios, destacando-se principalmente nos aspectos econômicos, sociais e educacionais. A disparidade econômica é evidente na concentração de riqueza, com uma parcela significativa da população enfrentando dificuldades financeiras, enquanto uma elite detém recursos consideráveis.

Um país desigual, exposto ao desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que exclui parte significativa de sua população do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania (Oliveira, 2017, p. 1)

Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem enfrentado persistentes desafios relacionados à desigualdade socioeconômica. A disparidade na distribuição de renda e riqueza tem se refletido em diferentes esferas da vida dos brasileiros. Este panorama revela não apenas diferenças materiais, mas também implicações significativas no acesso aos serviços essenciais. Essa análise é fundamental para compreender as dinâmicas sociais subjacentes e para orientar políticas que busquem abordar de maneira eficaz as desigualdades existentes. Levando em conta esse aspecto, a Oxfam Brasil em 2017 se alinhou para delimitar e relacionar essa desigualdade, assim destaca-se o seguinte aspecto:

Dentre os fatores estruturais que interferem nessa situação, podemos citar: a ausência de mecanismos de distribuição de rendas através de uma estrutura tributária progressiva, falta de um amplo processo de reforma agrária, investimento em políticas sociais básicas e democratização do acesso ao poder político... (Costa, 2005, p. 179 e 180).

Em mundo onde as políticas educativas muitas vezes idealizam o desenvolvimento humano através da educação, é imperativo questionar essa narrativa diante das condições subumanas que milhões de crianças e adolescentes enfrentam. Antes de abordar a interligação entre pobreza e educação, é crucial refletir sobre como as teorias pedagógicas podem transcender o discurso convencional, reconhecendo a realidade brutal que nega a tantos a oportunidade de serem plenamente humanos. A presença de desigualdades sociais no ambiente escolar é uma realidade que permeia nossa sociedade ainda mais ativamente. É imperativo reconhecer e abordar essas disparidades, compreendendo como fatores socioeconômicos e culturais podem influenciar significativamente o desempenho acadêmico dos alunos.

As políticas educativas reforçam a crença de que todo mundo vai nesse 'trenzinho', desenvolvendo-se como humano, e prometem que na escola vão se tornar mais humanos e sairão da pobreza. Mas a grande questão que a pedagogia, a docência, a escola são obrigadas a entender e a lidar é que existem milhões de crianças e adolescentes não só aqui, mas também na América Latina, na África, em condições subumanas de vida. Esses milhões estão, conforme afirma Paulo Freire, roubados em sua possibilidade de serem humanos. Que teoria pedagógica é possível reconstruir com base em vivências tão injustas, tão brutais da pobreza roubando as possibilidades de milhões de crianças e adolescentes de serem humanos? Essa é a grande pergunta que chega à relação entre pobreza e educação (Arroyo, 2017, p. 148).

Ao analisarmos as diferentes origens dos estudantes, torna-se evidente que nem todos partem do mesmo ponto de partida. Questões como condições financeiras precárias, acesso limitado a recursos educacionais e diferenças culturais podem criar barreiras substanciais para o aprendizado. O reconhecimento dessas disparidades é o primeiro passo crucial para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

O capital cultural que a escola agrega ao sujeito e o status do diploma no mercado de trabalho são exemplos de que a escola tem papel fundamental na promoção da desigualdade e da exclusão, quando deixa de cumprir sua responsabilidade social de escolarizar a todos (Duarte, 2013, p. 84).

Superar tais obstáculos exige um comprometimento institucional e governamental. Políticas educacionais devem ser formuladas e implementadas com o objetivo de garantir oportunidades justas para todos os alunos. Isso envolve a alocação equitativa de recursos, a criação de programas de apoio para estudantes em situações desfavorecidas e a promoção de um ambiente escolar que celebre a diversidade.

Em última análise, a busca por uma educação equitativa é uma jornada coletiva. Ao abordarmos as desigualdades sociais na escola, estamos construindo as bases para uma sociedade mais justa e igualitária. A educação não deve ser apenas um privilégio, mas um direito acessível a todos, independentemente de suas origens. Este compromisso coletivo moldará não apenas o futuro acadêmico, mas também o futuro da sociedade como um todo.

Integração de Abordagens Pedagógicas: em uma perspectiva social brasileira.

Diante das discussões abordadas anteriormente, conclui-se que o âmbito educacional ramifica-se para atender as demandas de cada indivíduo, o qual possui sua singularidade e complexidade. O ambiente de ensino e aprendizagem é indispensável para o desenvolvimento cognitivo da criança, haja vista que o campo da cognição está sujeito às interações do meio interno e externo.

Considerar o ensino-aprendizagem escolar como algo que está necessariamente imbricado no processo interativo professor-Aluno supõe admiti-lo também como movimento contínuo e dinâmico. É importante ressaltar que não estamos partindo do pressuposto de que são dois processos se contrapondo, mas que o ensino-aprendizagem escolar é encarado, em última instância, como inerente a grande parte do processo interativo entre professor e aluno (Santos, 1995, p. 2).

Mediante ao cenário, pode-se analisar alguns desafios na propagação de um ambiente que promova um desenvolvimento cognitivo inclusivo, como: desigualdade social, e sua complexidade, infraestrutura física, formação de profissionais.

A disparidade socioeconômica em muitos contextos, torna-se um fator determinante na dinâmica social brasileira, refletindo no ambiente escolar. A discrepância econômica determina a educação oferecida ao aluno. Tal cenário é herança de uma colonização hierarquizada e defendida politicamente no período vigente, a exemplo disso é a Resolução do CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL/COMISSÃO PERMANENTE (CNEP/CP) Nº2, de dezembro de 2019, e suas consequências problemáticas para o cenário educacional brasileiro. Em um boletim, como manifesto contra algumas implicações desta resolução, associando-a a um retrocesso à educação brasileira, o que implica em investimentos precisos para diminuir cada vez mais com os impactos causados pela desigualdade social, como a criação de novos programas e a perpetuação de programas já criados.

A infraestrutura física é outro fator que contribui significativamente no processo de oferecer um ambiente acolhedor ao aluno. Para Garcia (2014) às instalações, equipamentos e serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e auxiliar na aprendizagem do aluno.

Infelizmente as escolas públicas brasileiras carecem de uma estrutura adequada. Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação 57% das salas de aulas são inadequadas, o que inviabiliza o aluno vivenciar um ambiente saudável para um processo de ensino e aprendizagem efetivo. Para Monteiro (2015) infraestrutura escolar, investimentos e desempenho do aluno parecem indissociáveis.

O uso de tecnologias para auxiliar o desenvolvimento do aluno é de extrema importância, porém, como dito anteriormente, as instituições públicas do país não dispõem de um ambiente adequado, o que inclui a ausência de tecnologias no ensino público. Essa disparidade ficou mais evidente no período pandêmico, o qual evidenciou a importância das tecnologias como ferramenta auxiliar no processo de ensino.

A formação continuada dos professores também é um aspecto indissociável para promover um ambiente acolhedor, pois é a partir do conhecimento que os professores conseguem auxiliar seus alunos. Vygotsky traz uma nova perspectiva para intervenções pedagógicas que colaboram para identificar possíveis lacunas no conhecimento, através de erros e acerto, além disso valoriza interações externas do indivíduo e o que o próprio sujeito aprendeu com determinada experiência. Exemplificado na afirmação seguinte: O objetivo de Vygotsky é “trabalhar com a importância do meio cultural e das relações entre indivíduos de percurso de desenvolvimento da pessoa humana, e não propor uma pedagogia diretiva, autoritária” (Oliveira,2010, p.65).

Assim, concluímos que para propor um ambiente acolhedor para os alunos é necessária uma perspectiva intelectual e social, para compreender a complexidade do campo educacional brasileiro.

Considerações finais

Diante das análises apresentadas sobre a complexidade do ambiente educacional brasileiro, é evidente a necessidade de abordagens pedagógicas integradas e ações concretas para superar os desafios existentes.

A compreensão das teorias de Vygotsky e Bourdieu nos ajuda a entender como as interações sociais e o capital cultural influenciam no desenvolvimento e desempenho dos alunos. A zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky destaca a importância do suporte adequado para promover o aprendizado, enquanto Bourdieu nos alerta sobre a influência do capital cultural na reprodução das desigualdades sociais.

A relação parcial dessas duas teorias ressalta e esclarecem a necessidade de um olhar mais abrangente à questão da dificuldade de se criar esses ambientes em especial no Brasil.

Os desafios na construção de ambientes escolares acolhedores são diversos, desde a necessidade de equilíbrio na educação até a enfrentar as desigualdades sociais presentes na escola. A integração de abordagens pedagógicas é essencial para criar ambientes inclusivos e proporcionar oportunidades justas para todos os alunos, independentemente de suas origens.

Mediante esses aspectos é de suma importância uma compreensão ampla dos conceitos e contexto no qual a educação atual está inserida para melhor entender o papel do professor, do estado e dos órgãos que são capazes de trazer uma mudança significativa para a educação. É importante ressaltar a razão social pela qual a educação está sendo implantada, diante de um país desigual a preocupação em como a educação está sendo ofertada fazendo uma análise quanto a qualidade e comprometimento.

Em última análise, o compromisso com uma educação equitativa é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Isso requer não apenas políticas educacionais eficazes, mas também uma mudança de paradigma que reconheça e aborde as disparidades sociais de maneira abrangente. A educação não deve ser apenas um privilégio, mas um direito acessível a todos, e é através desse compromisso coletivo que podemos moldar um futuro mais promissor para todos os membros da sociedade.

Referências

- ANDRADE, Maria Célia Milagre. **Afetividade e Aprendizagem: relação professor E aluno**. 2010. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/afetividade-e-aprendizagem-Relacao-professor-e-aluno/44105/>. Acesso em: 01 mar 2024.
- ARROYO, Miguel. **Algumas questões sobre educação e enfrentamento da pobreza no Brasil**. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 99, p. 147-158, maio-ago. 2017. Entrevista concedida a Ana Maria Alves Saraiva.
- BOURDIEU, P. **Sociologia**. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983.
- COSTA, L. C. da. **Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social, in Sociedade e Cidadania desafios para o século XXI**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2005
- DE BARROS, Ricardo Paes, Rosane Mendonça. **DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL: retrato de uma estabilidade inaceitável**. 42. ed. Rio de Janeiro: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1998. 123-143 p. v. 15.
- DE SOUZA SANDRA SINARA BEZERRA, J. M. **Metodologias de ensino: influências no cotidiano escolar do professor/ aluno**. Congresso Nacional da educação, v. V conedu, p. 9, 2018.
- DUARTE, Natália de Souza. **Uma crítica da relação entre educação e pobreza**. In: YANNOULAS, Sílvia Cristina. Política Educacional e Pobreza. Múltiplas Abordagens para uma relação multideterminada. Brasília: Liber Livro, 2013.

- LIMA, A. M.; MACHADO, L. B. **O “bom aluno” nas representações sociais de Professoras: o impacto da dimensão familiar.** Revista Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 150-159, jan./abr., 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n1/17.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- NOGUEIRA, C. M. M.; MAHONEY, Abigail Alvarenga; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Afetividade e processo ensino-aprendizagem: contribuições de Henri Wallon.** Psicologia da educação, São Paulo, n. 20, p. 11-30, jun. 2005. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141469752005000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 abr. 2024.
- NOGUEIRA, M. A. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições.** Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, abr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 Fev. 2024
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. M., (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação.** Petrópolis: Vozes, 1998.
- OLIVEIRA, Isadora Meireles. **Desigualdade Social.** 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em direito). Faculdade Antônio Eufrásio de Toledo.
- RUMENOS, T. P. N. **Percepção Ambiental e Vigotsky - Um diálogo possível.** Conedu VII congresso Nacional de Educação, p. 11, 2020.
- SANTOS, Carmen Sevilha Gonçalves dos. **Interação professor-aluno e Aprendizagem de leitura e escrita numa primeira série do primeiro grau.** Dissertação apresentada ao Mestrado de Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, 1995.
- SANTOS, J. V. T. DO. **A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.** Revista crítica de ciências sociais, n. 108, p. 183–190, 2015.
- SILVA, Alessandra Turini Bolsoni; et.al. **Contexto Escolar: práticas educativas do professor, comportamento e habilidades sociais infantis.** Universidade Estadual Paulista – SP. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2823/282329398008/>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia histórico-crítica.** Revista Binacional Brasil-Argentina: diálogo entre as ciências, v. 3, n. 2, p. 11-36, 2014.
- VASCONCELOS, J. C. et al. **Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional.** Ensaio, v. 29, n. 113, p. 874–898, 2021. Uso da tecnologia ainda é um desafio para escolas públicas e privadas de todo o país. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/03/12/uso-da-tecnologia-ainda-e-um-desafio-para-escolas-publicas-e-privadas-de-todo-o-pais.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Enviado em 30/04/2024

Avaliado em 15/06/2024

PERCEPÇÃO DOS BRASILEIROS SOBRE EMPRESAS DE *E-COMMERCE* CHINESAS E A RUPTURA DE ANTIGOS *MINDSETS*

Catarina Mont'Alvão de Freitas¹¹

Resumo

A expansão das plataformas chinesas no mercado de *e-commerce* brasileiro gerou um aumento no potencial de compras *online* e uma abertura para a transformação de antigos *mindsets*, destacando-se Shopee, Shein e AliExpress. Este estudo analisou a percepção dos brasileiros sobre essas empresas, visando compreender sua influência na orientação dos consumidores. Utilizou-se uma pesquisa exploratória com questionário. Os resultados, majoritariamente positivos, fornecem informações relevantes para a compreensão da percepção dos brasileiros em relação a essas plataformas de *e-commerce* e produtos oriundos da China.

Palavras-chave: China; marketing; e-commerce.

Abstract

The expansion of Chinese platforms in the Brazilian e-commerce market has increased the potential for online shopping and opened doors for the transformation of old mindsets, with Shopee, Shein, and AliExpress standing out. This study analyzed Brazilians' perception of these companies, aiming to understand their influence on consumer orientation. An exploratory research with a questionnaire was conducted. The predominantly positive results provide relevant insights into Brazilian perceptions of these e-commerce platforms and products from China.

Keywords: China; marketing; e-commerce.

Introdução

No vocabulário popular, a expressão “*Made in China*”, inicialmente, tem uma conotação similar em diferentes países, incluindo o Brasil (REIN, 2015). O termo em inglês, tem percepções marcadas por preço baixo, artigos de primeira necessidade, imitações e de produtos menos diferenciados ou exclusivos (WANG, 2010). A categoria social consumidora de produtos chineses é primordialmente popular, e em termos de marcas, geralmente são pouco conhecidas e com limitado uso de propagandas (CARVALHO; DROUVOT, 2009). No entanto, empresas como Shopee, Shein e AliExpress vêm ganhando popularidade no Brasil nos últimos anos, impulsionados pela pandemia, e tomando o lugar de empresas já estabelecidas no Brasil, como Magalu e Mercado Livre (FALLA, 2023).

Cinco das dez maiores plataformas de *e-commerce* no Brasil são estrangeiras, sendo três delas chinesas: Shopee, AliExpress e Shein (CONVERSION, 2022). Ao considerar o número de acessos por aplicativo, a Shopee ficou em primeiro lugar, com mais de 125 milhões de acessos, 40,8% a mais que o Mercado Livre. (E-COMMERCE BRASIL, 2022). Tal fato é em decorrência do Brasil hoje ser um dos principais mercados internacionais da China, que assim, passou a investir intensamente em estratégias de marketing (OSANAI, 2023).

A possibilidade de comprar uma grande variedade de produtos por um valor mais acessível, tem atraído o consumidor brasileiro (ROSA, 2021). É notório o crescimento rápido dessas plataformas no Brasil, acentuado nos períodos de isolamento durante a pandemia (FERNANDES, 2022). A alta gama de opções fez com que as marcas se tornassem popular dentro e fora da própria

¹¹ USP/ESALQ

plataforma, com disseminação de produtos de forma orgânica no TikTok por meio de conteúdos produzidos por consumidores (STORCH, 2022).

As três gigantes chinesas, impulsionadas pelo próprio mercado internacional, conquistaram o público brasileiro, apesar de suas estratégias de marketing distintas, demonstrando que estão cada vez mais adaptadas ao mercado local e influenciando a percepção dos brasileiros sobre os produtos “*Made in China*” (SANTOS, 2021). Assim, o presente artigo analisa a atual percepção dos brasileiros sobre grandes empresas chinesas do ramo de *e-commerce* no Brasil, como Shopee, Shein e AliExpress, e como esses grandes *players* do mercado foram essenciais para uma mudança de *mindset*.

Material e Métodos

Para analisar a percepção dos consumidores brasileiros sobre marcas de *e-commerce* chinesas, conduzimos uma pesquisa exploratória por meio de um questionário *online* composto por 25 perguntas abertas e fechadas. O questionário esteve disponível de 28 de abril a 18 de maio de 2023 e foi amplamente divulgado através de diversos canais, incluindo grupos universitários compostos por alunos de diferentes instituições de ensino (Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) e redes sociais (LinkedIn, Instagram e WhatsApp), alcançando aproximadamente 2.000 pessoas.

Recebemos respostas de 220 participantes, cujos dados foram analisados de forma quantitativa e qualitativa por meio de quadros e gráficos. A pesquisa foi dividida em quatro categorias principais: identificação dos participantes, hábitos de consumo *online*, qualidade e experiência de compra, e percepção sobre as marcas.

Identificação dos participantes

No que refere ao gênero dos entrevistados, a maioria identificou-se como feminina, representando 64,4%, enquanto 34,7% identificaram-se como masculinos e 1% preferiu não responder ou identificou-se como não-binário. Quanto às idades dos participantes, houve uma variação significativa, abrangendo faixas etárias de 18 a 65 anos ou mais. No entanto, a maioria estava concentrada nas faixas etárias de 25 a 34 anos e de 45 a 54 anos.

Em relação à renda mensal, observamos uma distribuição variada. Cerca de 36,4% participantes possuem uma renda mensal situada entre R\$5.281,00 e R\$ 13.200,00. Já 20% dos entrevistados têm renda na faixa de R\$ 2.641,00 a R\$ 5.280,00. Notamos também que 18,2% recebem entre R\$ 13.201,00 e R\$ 26.400,00, enquanto 10,5% têm uma renda mensal de até R\$ 2.640,00.

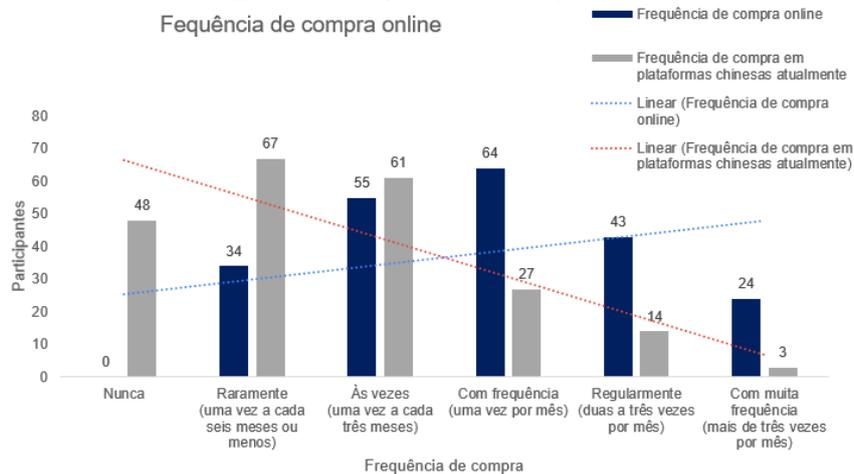
Hábitos de consumo *online*

Segundo a pesquisa, 29% dos participantes optam por realizar compras *online* mensalmente, enquanto 25% prefere fazê-lo a cada três meses. Além disso, 19,5% relataram fazer compras duas a três vezes por mês, enquanto 15,4% indicaram realizar compras a cada seis meses ou em intervalos maiores.

Nesse contexto, 30,4% dos entrevistados mencionaram realizar compras em plataformas chinesas a cada seis meses ou em frequências inferiores, enquanto 27,7% afirmaram fazê-lo a cada três meses. Adicionalmente, 12,2% optaram por adquirir produtos de plataformas chinesas mensalmente, e 6,3% relataram uma frequência de duas a três vezes por mês. Destaca-se que 21,8% informaram não fazer compras em plataformas chinesas atualmente (conforme ilustrado na Figura 1).

No gráfico abaixo, esses dados foram submetidos a uma análise de regressão linear, a fim de identificar qualquer relação significativa entre a frequência de compras e a preferência por plataformas chinesas. A regressão linear revelou que a frequência de compras em plataformas chinesas tende a ser ligeiramente inferior em comparação com as compras *online* em geral.

Figura 1 – Frequência de compra *online*.

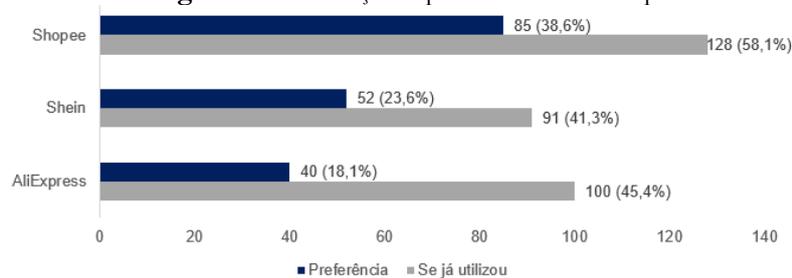


Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Em relação às plataformas chinesas utilizadas pelos entrevistados, permitiu-se que escolhessem uma ou mais opções. Dos entrevistados, 128 (58,1%) já compraram na Shopee, 100 (45,4%) no AliExpress e 91 (41,3%) na Shein. Quando questionados sobre qual dessas plataformas eles têm preferência em utilizar, 85 participantes (38,6%) afirmaram usar a Shopee, 52 (23,6%) a Shein e 40 (18,1%) o AliExpress (Figura 2).

Ademais, a análise de gênero da amostra em relação à preferência por plataformas de *e-commerce* chinesas revelou algumas tendências de consumo. Em relação ao AliExpress, houve uma maior preferência entre os entrevistados do gênero masculino, com 23 homens preferindo essa plataforma em comparação com 17 mulheres. No caso da Shein, a preferência foi significativamente maior entre as mulheres, com 47 delas escolhendo essa plataforma em contraste com apenas 4 homens. Quanto à Shopee, os números mostram um equilíbrio relativo entre os gêneros, com 45 mulheres e 36 homens preferindo esta plataforma.

Figura 2 – Utilização e preferência de compra.



Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Com o objetivo de compreender o período de expansão dessas empresas no Brasil, os consumidores que já compraram em sites chineses foram questionados sobre em qual ano começaram a fazer compras nessas plataformas. De acordo com as respostas, observa-se que 75 consumidores (34% dos participantes) afirmam que foi entre os anos de 2019 e 2021, enquanto 44

participantes (20%) informaram que foi mais recentemente, entre 2022 e 2023. Além disso, 25 (11,3%) responderam ter iniciado entre 2016 e 2018, e 18 (8,1%) entre 2013 e 2015 (Figura 3).



Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Essas informações foram complementadas quando os entrevistados foram questionados se passaram a fazer mais compras em plataformas chinesas após o período da pandemia, sendo que 116 participantes (52,7%) responderam que sim e 83 (37,7%) que não.

Qualidade e experiência de compra

Ao indagar os entrevistados sobre os principais fatores que os levaram a optar por plataformas chinesas, 170 participantes destacaram os preços acessíveis como o principal atrativo. Além disso, outras motivações foram identificadas, incluindo a variedade de produtos (139 votos), a disponibilidade de frete gratuito (75 votos), a conveniência do processo de compra (73 votos), a oferta de novidades e tendências (59 votos) e a influência das avaliações positivas e recomendações (45 votos).

No tocante à experiência de compra, foi questionado aos entrevistados qual seria sua primeira impressão ao comprar em plataformas chinesas. A opção mais escolhida foi em relação ao preço, seguido por variedade de produtos, desconfiança sobre a qualidade dos produtos, receio em ter problemas com entrega ou alfândega, dificuldade em encontrar informações claras, receio em comprar devido a diferenças culturais e de idioma e processo de compra confuso (Quadro 1).

Quadro 1 – Opiniões dos entrevistados em relação à primeira impressão ao comprar em plataformas chinesas.

Primeira impressão	Número de votos
Preço atrativo	159
Variedade de produtos	136
Desconfiança sobre a qualidade dos produtos	88
Receio em ter problemas com entrega ou alfândega	83
Dificuldades em encontrar informações claras	18
Receio em comprar devido diferenças culturais e de idioma	13
Processo de compra confuso	7

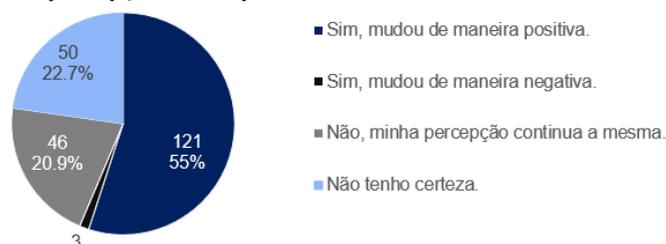
Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Ao comparar a experiência de compra em plataformas virtuais chinesas com as brasileiras, como Magazine Luiza, Americanas, Enjoei e Fast Shop, 54,5% dos entrevistados relataram que é semelhante. Enquanto isso, 18,6% consideraram-na melhor e 9% acreditaram ser pior do que em plataformas brasileiras. Esses resultados sugerem que uma parcela considerável dos entrevistados percebe uma similaridade na experiência de compra entre plataformas chinesas e brasileiras.

Percepção sobre as marcas

O resultado do questionário revelou que, de acordo com os participantes, houve uma mudança significativa na percepção sobre plataformas chinesas nos últimos anos. Uma maioria expressiva de 121 pessoas (55%) relatou uma mudança positiva, indicando uma melhoria na imagem e confiança nessas plataformas. No entanto, uma minoria de 3 pessoas (1,3%) relatou uma mudança negativa na percepção, sugerindo que algumas experiências ou informações recentes podem ter gerado uma visão menos favorável. Por outro lado, 46 pessoas (20,9%) afirmaram que sua percepção continuou a mesma, indicando uma estabilidade em sua opinião sobre as plataformas chinesas. Além disso, 50 pessoas afirmaram não ter certeza, possivelmente refletindo uma falta de informações claras ou experiências pessoais para formar uma opinião sólida (Figura 4).

Figura 4 – Mudança na percepção sobre plataformas chinesas nos últimos anos.



Fonte: Resultados originais da pesquisa.

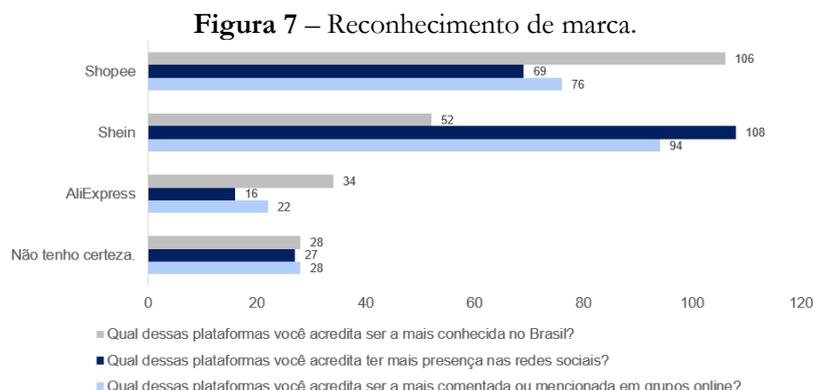
Os participantes que relataram uma mudança positiva em sua percepção em relação às empresas chinesas de *e-commerce*, foram convidados a compartilhar os fatores que contribuíram para essa mudança. Suas respostas destacaram a competitividade gerada pela expansão do *e-commerce* como um elemento-chave. Também mencionaram que a melhoria na qualidade dos produtos e disponibilidade de avaliações de outros compradores desempenharam um papel fundamental na formação de uma visão mais favorável.

A popularidade das empresas chinesas nas redes sociais também contribuiu para a mudança na percepção, proporcionando uma sensação de segurança e confiabilidade. A adaptação dos *sites* para o português e a presença de mais brasileiros comprando também desempenharam um papel relevante. Além disso, a pandemia foi mencionada como um fator que aumentou a propensão das pessoas a realizar compras *online*.

Além disso, quando questionados se as plataformas chinesas, como Shein, Shopee e AliExpress, têm contribuído para mudar a percepção dos brasileiros sobre produtos oriundos da China, 96 participantes (43,6%) responderam "sim, definitivamente", 79 (35,9%) "sim, talvez", 6 (2,7%) "não" e 39 (17,7%) "não tenho certeza". Para complementar a análise, também foi questionado se os respondentes acreditam que essas plataformas chinesas podem ajudar a diversificar o mercado de *e-commerce* no Brasil, em que 117 pessoas (53,2%) responderam "sim, definitivamente", 67 (30,5%) "sim, talvez", 3 (1,4%) "não" e 33 (15%) "não tenho certeza".

No que tange reconhecimento de marca, ao questionar qual plataforma (Shopee, Shein ou AliExpress) seria a mais conhecida no Brasil na visão dos entrevistados, a plataforma Shopee emerge como a mais conhecida para a maioria dos participantes, com 106 respostas (48,2%). No entanto, Shein obteve 52 respostas nesse quesito (23,6%), enquanto AliExpress atingiu 34 respostas (Figura 7).

Com relação à presença nas redes sociais, Shein se destacou com 108 respostas (49,1%) indicando que os participantes acreditam que essa plataforma é a mais presente nessas plataformas digitais. A Shopee também recebeu um número significativo de respostas, com 69 participantes (31,4%), enquanto AliExpress obteve 16 respostas (7,3%).



Fonte: Resultados originais da pesquisa.

Considerações Finais

O Brasil está emergindo como uma esfera relevante para plataformas *online* chinesas, impulsionado pelo crescente interesse dos consumidores brasileiros em ofertas mais competitivas em relação ao varejo tradicional. Essas plataformas conquistaram destaque devido à antecipação de tendências, custos reduzidos e variedade. Mesmo em meio ao cenário desafiador da pandemia, elas já ultrapassaram muitos dos gigantes do varejo nacional, abrindo possibilidades para mudanças de *mindset*.

A mudança positiva sobre as empresas Shopee, Shein e AliExpress, indica uma crescente melhoria na imagem e na confiança em relação a essas plataformas. Além disso, tais plataformas chinesas desempenharam um papel fundamental na mudança de percepção dos brasileiros ao longo dos anos. Sugerindo que as estratégias de marketing, qualidade dos produtos e experiências de compra desempenham um papel fundamental na construção de uma visão mais positiva.

Ademais, a competitividade gerada pela expansão do *e-commerce* é identificada como um elemento-chave, com o potencial de diversificar o mercado de *e-commerce* no Brasil, enriquecendo a variedade de produtos disponíveis. Uma vez que as estratégias de marketing das três plataformas atingem diferentes públicos, como evidenciado pela preferência dos entrevistados em relação ao gênero e pela presença nas redes sociais, isso reforça a importância de adaptar essas estratégias de acordo com as características do público brasileiro, contribuindo assim para o sucesso dessas empresas na inserção no mercado nacional.

No entanto, vale ressaltar que a transparência e a confiabilidade são cruciais para manter e reforçar a confiança dos consumidores em um ambiente de mercado cada vez mais competitivo. É necessário um esforço contínuo para educar e conscientizar o público sobre os benefícios e desafios relacionados à integração das empresas de *e-commerce* chinesas no contexto brasileiro, visando engajar um público mais amplo e consolidar essa mudança de percepção. Assim, essas plataformas podem continuar a desempenhar um papel vital na diversificação do mercado de *e-commerce* no Brasil, enriquecendo a oferta de produtos e transformando as expectativas dos consumidores em relação aos produtos chineses.

Referências

- ALMEIDA, Fernando.; DROUVOT, Hubert. O efeito do país de origem de produtos na percepção de executivos franceses e brasileiros. **Revista Gestão & Regionalidad**, v. 25, n. 73, p. 58-59, 2009.
- CONVERSION; E-COMMERCE BRASIL. **Segundo relatório, Shopee lidera ranking dos aplicativos de e-commerces mais acessados**. 2022. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/relatorio-shopee-aplicativos-de-e-commerces-mais-acessados>> Acesso em: 4 março 2023.
- FALLA, Naty. **Expansão da Shein no Brasil acende alerta nas varejistas de moda**. 2022. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2022/07/expansao-da-shein-no-brasil-acende-alerta-nas-varejistas-de-moda/>> Acesso em: 11 março 2023.
- FERNANDES, Vitória. **AliExpress, Shein e Shopee: brasileiros compraram US\$ 13 bi em 2022**. 2023. Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2023/02/aliexpress-shein-e-shopee-brasileiros-compraram-us-13-bi-em-2022/>> Acesso em: 11 março 2023.
- MANGIN, V. **A etiqueta made in China vai virar sinônimo de luxo?** 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/06/150608_vert_cap_luxo_china_ml> Acesso em: 11 março 2023.
- OSANAI, Marcelo. **Brasileiros “enchem os carrinhos” no Shopee, Shein e AliExpress**. 2022. Disponível em: <<https://diariodocomercio.com.br/negocios/brasileiros-enchem-os-carrinhos-no-shopee-shein-e-aliexpress/>> Acesso em: 11 março 2023.
- REIN, Shaun. **The End of Copycat China: The Rise of Creativity, Innovation, and Individualism in Asia**, 1. ed. 2014.
- ROSA, Eduardo. **Como brasileiros compram em sites que importam da China?** 2021. Disponível em: <https://noticias.reclameaqui.com.br/noticias/pesquisa-reclame-aqui-lojas-virtuais-que-importam-da-china-c_4190/> Acesso em: 11 fevereiro 2023.
- SANTOS, Micaela. **Mirando expansão, AliExpress quer adaptar o modelo chinês de e-commerce ao consumidor brasileiro**. 2021. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2021/04/mirando-expansao-aliexpress-quer-adaptar-o-modelo-chines-de-e-commerce-ao-consumidor-brasileiro.html>> Acesso em: 11 março 2023.
- STORCH, Julia. **A Shein consegue ser gigante, barata e sustentável ao mesmo tempo?** 2022. Disponível em: <<https://exame.com/esg/a-shein-consegue-ser-gigante-barata-e-sustentavel-ao-mesmo-tempo/>> Acesso em: 11 março 2023
- WANG, Jing. **Brand New China: Advertising, Media, and Commercial Culture**, 1. ed. 2010.
- Enviado em 30/04/2024
Avaliado em 15/06/2024

A REPRESENTAÇÃO ESTEREOTIPADA DO INDÍGENA NA MÚSICA “BRINCAR DE ÍNDIO”

Ezequiel Pedro Farias Cajueiro¹²

José Adelson Lopes Peixoto¹³

Resumo

O objeto de estudo deste artigo foi a música “Brincar de Índio”, de autoria de Michael Sullivan e Paulo Massadas, interpretada pela cantora Xuxa e disponível em seu canal do *YouTube*. A música é carregada de estereótipos acerca dos povos indígenas, servindo como reforço para a construção de uma imagem distorcida e caricata desses povos; este trabalho, por sua vez, tem como objetivo descrever como os indígenas estão representados neste meio. Teoricamente, buscou-se amparo em autores como Skinner (1988), Peixoto (2018), Mendonça e Peixoto (2019) e Silveira (2020), para estruturar a pesquisa.

Palavras-chave: Indígenas. Música. Representação.

Abstract

The focus of this article was the song "Brincar de Índio," written by Michael Sullivan and Paulo Massadas, performed by the singer Xuxa Meneghel and available on the internet and on the singer's YouTube channel. The song is laden with stereotypes about indigenous peoples, serving as reinforcement for the construction of a distorted and caricatured image of these communities; this work aims to describe how indigenous people are represented in this space. Theoretically, support was sought from authors such as Skinner (1988), Peixoto (2018), Mendonça and Peixoto (2019), and Silveira (2020), in order to structure the research.

Keywords: Indigenous people; Music; Representation.

Introdução

Os povos originários do Brasil foram, ao longo da história, segregados, excluídos e marginalizados na sociedade. Seu modo de viver, sua cultura, sua religião e as contribuições para a construção do país, foram silenciadas e esquecidas no itinerário do movimento colonizador europeu ocorrido no país. É a partir desse olhar excludente que a imagem do indígena vem sendo construída e perpetuada até os dias atuais (Silveira, 2020); pois, por centenas de anos estes povos foram vistos como peças alegóricas do processo de colonização, como seres apáticos e submissos ao seu dominador.

Nesse contexto, analisando como tais povos são representados nos dias atuais, seja na música, no cinema, nas novelas ou na sociedade de modo geral, observa-se que são, na maioria das vezes, apresentados como figuras folclóricas e inanimadas, por vezes comparados a personagens do folclore brasileiro, como o *Saci-Pererê* e o *Curupira*, por exemplo. Contudo, ao contrário destes, os povos indígenas brasileiros não são personagens de uma mitologia, são pessoas pertencentes a um

¹² Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas, Campus III - Palmeira dos Índios. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), no Subprojeto de História (2022-2024). Pesquisador voluntário no Grupo de Pesquisa em Religiosidade Popular, Sociedade e Cultura (GPRES - UNEAL); membro do Grupo de Pesquisa em História Indígena de Alagoas (GPHI/AL - UNEAL) e desenvolve pesquisa, sob a orientação do Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto, onde analisa a presença e a representação dos indígenas na música, assim como os seus impactos e influências na sociedade.

¹³ Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), professor titular na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL - Campus III). Coordenador do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em História (CLIND-AL), do subprojeto de Iniciação à Docência (PIBID) na área de História e o PIBIC sobre documentação e memória.

grupo étnico social que, assim como qualquer um outro, são dignas e passíveis de respeito, tendo suas culturas, tradições e costumes assegurados pela Constituição Federal.

Em particular, neste estudo, serão analisados a música e o clipe “Brincar de Índio” interpretada pela cantora Xuxa, pois esta reforça a imagem deturpada que se tem construída no senso comum a respeito dos povos indígenas que, por sua vez, precisa ser desconstruída e reconstruída. A música retrata o “índio” como um personagem folclórico, pessoas barulhentas, selvagens e, ao mesmo tempo, como pacifistas indefesos. Tendo como objetivo analisar a letra e as imagens do clipe da música, discutindo e problematizando a forma como o indígena é apresentado.

Para tanto, o trabalho é dividido em duas partes: na primeira, foram selecionados alguns versos da letra da música, que carregam consigo uma problemática, para serem analisados e discutidos; e na segunda parte, algumas imagens do clipe também serão consideradas. A importância desse estudo se caracteriza justamente porque a música, assim como as outras formas de manifestações da cultura, devem ser um lugar de representatividade, reconstrução de possibilidades e que dê fala as classes menos favorecidas e mais marginalizadas da sociedade.

A metodologia de pesquisa consistiu, inicialmente, na análise crítica da letra e do clipe da música, associado a uma abordagem qualitativa, que busca visitar obras de autores que trabalharam a temática indígena e os aspectos dessa cultura. O cerne do aporte teórico ficou a cargo de Silveira (2020), que analisa como a imagem do indígena é construída e perpetuada na sociedade; Peixoto (2018) e Mendonça e Peixoto (2019), que com seus trabalhos antropológicos e etnográficos discutem, tanto os simbolismos e significados da pintura corporal, quanto a importância da religião e de suas práticas entre os indígenas Jiripankó-AL. Por fim, para refletir a importância de se compreender o passado e também conceitos relacionados a prática da alteridade, recorreu-se aos estudos de Quentin Skinner (1988).

“Vamos brincar de índio”: Discutindo a letra da música

Assim como o título da música “*Brincar de Índio*”, o primeiro verso da letra “*Vamos brincar de índio*”, traz consigo um teor questionável e discutível. Nas escolas, sobretudo nas de ensino infantil, é comum no dia 19 de abril (Dia dos Povos Indígenas) se comemorar de forma pejorativa o “Dia do Índio”, evento caracterizado por reforçar os estereótipos sobre esta cultura nas crianças. Enfeitá-las, pintar os seus rostos, confeccionar penas de cartolina colorida ou EVA e colocar em suas cabeças, vesti-las com saias de papel, reproduzir gritarias e cenários com ocas e florestas são práticas recorrentes de muitas escolas nesta data.

Isso é prejudicial, pois incute nas crianças a imagem do indígena como um personagem de desenho animado, algo que não existe na realidade, ou ainda, o estereótipo de uma criatura selvagem e abstrata, que anda nu e tem dificuldades em se comunicar. Quando na verdade, em nada os povos indígenas configuram tal realidade, sendo pessoas totalmente inseridas no convívio social presentes em todos os lugares, contextos e ambientes.

A música em questão executada pela cantora Xuxa, contribuiu com a construção imagética equivocada sobre o indígena, visto que ela é uma composição para crianças e reforça os estereótipos acerca dos povos originários, fazendo com que elas cresçam idealizando o nativo como selvagem, primitivo e abstrato. Silveira (2020) diz acerca dos seus alunos: “Os jovens estudantes esperavam ver nos índios figuras desnudas e com dificuldade de comunicação” (Silveira, 2020).

No verso seguinte ao “convite para brincar de índio”, segue-se a seguinte frase “*Mas sem mocinho pra me pegar*”, aqui a cantora remete ao índio como uma criatura selvagem e violenta, que poderia atacá-la a qualquer momento. Reforçando a noção de uma criatura que habita fora do convívio social, isolado de todos, na mata fechada. Essa imagem também é construída na televisão,

sobretudo nos desenhos animados, que são enfáticos ao reproduzirem o indígena com características selvagens: portador de armas como o arco e flecha, lanças e tacapes, vivendo isolado nas matas, pronto para lutar e atacar o dito “homem branco” que dele se aproximar ou invadir o seu território.

A letra da música faz mais uma vez referência a isso, no verso que diz “*Pego meu arco e flecha*”. Mesmo considerando o fato que, segundo o site da BBC NEWS BRASIL (2019), o Brasil tem 114 povos indígenas isolados registrados¹⁴, não se pode de forma alguma generalizar toda a cultura indígena a isso, visto que grande parte destes povos já teve contato com a civilização externa e estão completamente inseridos no convívio social, seja nos espaços profissionais, na arte, na cidade, na universidade, na política ou em qualquer um outro lugar. Portanto, a imagem de um índio selvagem e violento é totalmente genérica, ultrapassada e sobretudo preconceituosa.

A indígena Patrícia Rodrigues, do Povo Fulni-ô, explicou em uma entrevista ao jornal UOL UNIVERSA (2021), o porquê da utilização do termo “tribo” para se referir a um povo ou comunidade indígena é errado e pejorativo. Ela diz que quando questionada qual é a sua tribo, responde: “Eu não tenho ‘tribo’, eu tenho um território, [...] onde fica a minha aldeia”. Este termo “tribo” reforça a imagem de um indígena selvagem tribal, mas por outro lado, o termo “território” representa um espaço geográfico de habitação destes povos, o que confere respeito.

Provocar essa discussão sobre a nomeação correta do local onde estes povos habitam é importante neste trabalho, pois a letra da música que está sendo analisada peca mais uma vez ao utilizar o termo “tribo” nos seguintes versos: “*Venha para minha tribo. Eu sou o cacique, você é meu par*”. Duas problemáticas podem ser levantadas a partir desses versos, a primeira é a já discutida utilização incorreta do referido termo “tribo”. A segunda, é uma ideia de posse e superioridade sobre os indígenas, que os compositores colocaram na letra da música quando ela se utiliza das expressões “venha para a minha tribo” e “eu sou o cacique (figura que representa o líder político de uma aldeia)”, remete a ideia de que eles detêm tanto a propriedade, quanto o poder e o domínio das terras que pertencem a estes povos.

Como figura branca e não-indígena, a cantora, ao se colocar nesse lugar de superioridade sobre tais povos, suscita um problema. Visto que, estes, por centenas de anos foram vítimas de processos de invasão das suas terras e escravização dos seus corpos por parte dos europeus que colonizaram o Brasil, esta terra que histórica e originalmente pertence aos indígenas.

Provocados a imaginar o dito “índio”, alguns estereótipos surgem quase que de forma automática à mente, sendo um deles a pintura corporal típica dos povos indígenas. Esta prática é muito usada quando se quer imitá-los. Na música analisada, esta característica também é trazida à tona de forma pejorativa no seguinte verso: “*Vem pintar a pele para a dança começar*”, é preciso entender que a cantora faz este convite de “pintar a pele para imitar o índio” para os seus ouvintes, que no caso são as crianças, desdenhando ou dando pouco valor a esta prática importante, identitária e ritualista para os povos originários, um elemento primordial na cultura e na religião indígena.

Mendonça e Peixoto (2019) apresentam o significado da pintura corporal utilizada pelos indígenas Jiripankó, no alto Sertão de Alagoas: “[...] é utilizada como uma ligação com o sagrado e o ambiente. [...] são práticas que complementam a ritualização [...]” (Mendonça e Peixoto, 2019). Considerando a importância que a religião e a sua ritualidade possuem para os indígenas, Peixoto (2018) explica que:

¹⁴ Destes, 28 são confirmados e 86 ainda estão esperando confirmação.

Para o indígena, sua religião significa estreita aliança com o sagrado, tanto quando busca proteção quanto em comemoração por alguma conquista. Seus rituais e suas festas são momentos de profunda harmonia com a natureza e com as suas forças, além de se converterem em encontros com suas origens e tradições. (Peixoto, 2018, p. 60)

Como se não bastasse se referir ao indígena como um objeto inanimado, folclórico, selvagem e violento e também desdenhar da prática ritualística da pintura corporal, a música os chama de barulhentos, nos três seguintes versos: “*Índio fazer barulho. Índio quer apito. Mas também sabe gritar*”, os cânticos e orações recitados pelos indígenas nos seus rituais, como no toré¹⁵, são, assim como as pinturas corporais, manifestações da sua fé, práticas que complementam a execução dos seus rituais.

Talvez possa ser argumentado que a letra da música é uma tentativa de homenagear os povos indígenas, mas vale se perguntar qual “índio” ela quer preitear. O objetivo seria apresentar para o público uma imagem totalmente distorcida, caricata e preconceituosa destes povos, contribuindo com a ideia do “índio” como selvagem, irracional e barulhento? Se essa for a intenção, ela está no caminho certo. Acerca disso, Silva (2013) questiona o seguinte:

Dizem que estão imitando os índios numa tentativa de homenageá-los! Entretanto, tal homenagem se refere à qual índio? As supostas imitações correspondem as situações dos povos indígenas no Brasil? [...] Quais as consequências da reprodução dessas "desinformações" sobre a diversidade étnica existente no nosso país? (Silva, 2013)

Antes de chegar aos últimos versos da música a serem aqui destacados, a forma como a música se refere a linguagem dos indígenas deve ser discutida, quando se usa as expressões “índio fazer...” e “índio quer...”, faz-se referência a uma ideia de que a língua nativa ou o “dialeto do índio” são falados dessa forma: colocando, na oração, o sujeito seguido do verbo no infinitivo. Uma outra forma de se referir a esse “dialeto” é, a também pejorativa, expressão “mim querer...” ou “mim fazer...”, colocando, na oração, o pronome “mim” antes do verbo.

Portanto, para concluir esta primeira parte do trabalho, é necessário analisar os seguintes versos da música: “*Índio não faz mais lutas. Índio não faz mais guerra. [...] Índio ficou sozinho. Índio querer carinho. Índio querer de volta a sua paz*”. Em contraponto à ideia do selvagem e violento, foi construída a imagem do inocente pacifista, que ao se deparar com os navios portugueses invadindo as suas terras, não reagiram nem lutaram, pelo contrário, teria se acanhado e deixado que dominassem seu território e seus corpos sem resistência. Silva (2013) evidencia que o indígena foi, ao longo da história, “imortalizado pela literatura romântica do século XIX, como nos livros de José de Alencar, nos quais são apresentados índios belos e ingênuos [...]” (Silva, 2013).

Nos romances e na literatura, assim como na música e no cinema, é comum encontrar a figura do índio construída segundo o “bom selvagem” de Rousseau: cheios de sentimentos nobres e com o comportamento civilizado dos europeus. Porém, não podem ser enxergados somente por essa óptica, pois “pensar os índios, portanto, é sempre pensar no plural” (Silva, 2013), por possuírem culturas muitas vezes diferentes daquelas tidas como “padrão” na sociedade, os costumes, as crenças e a organização política e social dos povos indígenas podem ser vistos com estranheza por um não-indígena.

¹⁵ Ritual indígena comum nos povos do Nordeste do Brasil.

“Vem pintar a pele para a dança começar”: Discutindo as imagens do clipe da música

Nesta segunda parte, o objetivo é problematizar como o indígena é apresentado, não mais na letra da música, mas, visualmente, em algumas imagens capturadas em seu clipe oficial, disponível no canal do *YouTube* da cantora. Características fenotípicas dos personagens animados que interpretam os indígenas, assim como aspectos do local onde eles vivem e a forma como a cantora se coloca entre eles, são traços importantes a serem observados e discutidos.

Enquanto procedimento metodológico, foram selecionadas quatro imagens capturadas do clipe da música em questão e dispostas no texto em duas pranchas fotográficas, cada uma contendo duas fotos. A seguir, as fotos 1 e 2, que compõe esta primeira prancha, evidenciam a ideologia do indígena caricato e folclórico que a música constrói, assim como a representação do local onde eles vivem, a mata fechada.

Imagem 1: O “índio” folclórico e a representação do seu habitat



Fonte: Reprodução YouTube (Canal: Xuxa)

Dois pontos chamam atenção nessas primeiras imagens. Primeiro, pode-se refletir como o indígena é apresentado, as suas características físicas remetem a uma construção imagética no imaginário popular. Pensá-lo como sendo exclusivamente o indivíduo de pele parda, sem pelos no corpo, com o cabelo preto, liso e cortado em formato arredondado, com os traços fenotípicos de um oriental e o corpo desnudo, coberto apenas por pinturas e um saio de palha, é pensar o indivíduo folclórico, personagem inanimado que por anos vem sendo construído na sociedade, seja nas mídias, nos livros ou em diversos outros espaços.

É preciso romper com as imagens e concepções cristalizadas e reconstruí-las de maneira mais real, plural e fiel, contemplando a diversidade de povos e características. Para isso, é necessário primeiro buscar conhecimento sobre a cultura, para entender que se trata de pessoas com costumes e práticas diferentes, mas que mesmo possuindo as suas particularidades, estão completamente inseridos na sociedade e imersos em outras culturas. Possuem suas práticas, suas religiões e seus rituais, realizados dentro das suas aldeias, entre os seus; essas particularidades são justamente o que mantém viva a cultura indígena e os distingue das demais sociedades do seu entorno.

O fato de, no clipe, serem representados dentro de uma mata fechada, com ocas fazendo o papel de suas casas e na presença de fogueiras, funciona mais uma vez como reforço dos estereótipos que estão sendo apontados desde o início desse trabalho. Uma parte dos povos indígenas, atualmente, está inserida e miscigenada na sociedade de tal forma que não se encontra distinção entre aquilo que era dito exclusivo do “homem branco” para as “coisas do índio”.

Para um melhor prosseguimento desta discussão, destaca-se a segunda prancha, composta pelas fotos 3 e 4, onde se observa a forma como a cantora se coloca entre os indígenas, fazendo o uso indevido de objetos e de espaços sagrados dessa cultura, a exemplo do cocar e do terreiro.

Imagem 2: A cantora se apropriando de objetos da cultura indígena



Fonte: Reprodução YouTube (Canal: Xuxa)

Estas imagens, por sua vez, mostram a cantora Xuxa se apropriando indevidamente de objetos e símbolos característicos da cultura indígena, como o cocar e a pintura corporal presente em seu rosto. Já foi discutido, ao longo deste trabalho, que estes objetos são representações que fazem parte do rito religioso dos povos originários, caracterizando um elo entre o divino e o humano, conforme é apresentado nos estudos de Peixoto (2018) e Mendonça e Peixoto (2019). Estes objetos são considerados sagrados entre os povos indígenas e devem ser usados apenas por eles.

O fato da cantora, uma mulher branca não-indígena, aparecer no clipe com o rosto pintado, usando um cocar e com roupas típicas do dito “homem branco”, como a calça jeans, por exemplo, remete ao telespectador uma ideia de apropriação esbulhada destes objetos sacros indígenas. Ademais, é interessante observar que na foto 4 a cantora está realizando uma dança, no centro do terreiro da aldeia, com todos os indígenas ao seu redor, passando uma noção de destaque e superioridade sobre eles.

Compreender o passado é essencial para criar caminhos que levem a prática da alteridade, que consiste em se colocar no lugar do outro e percebê-lo como um ser singular e subjetivo, dotado de suas próprias particularidades. Isso é o que defende o historiador britânico Quentin Skinner (1988), no seu manifesto *Meaning and understanding in the history of ideas*:

O conhecimento da história dessas ideias pode servir para mostrar até que ponto as características de nossos acordos que talvez estejamos dispostos a aceitar como verdades tradicionais e inclusive ‘intemporais’ podem ser em realidade meras contingências de nossa história e estrutura social singulares. Descobrir, graças à história do pensamento que, de fato, não há conceitos intemporais senão unicamente conceitos variados e diferentes que acompanharam sociedades diversas e diferentes é descobrir uma verdade geral que não somente se refere ao passado, senão também a nós mesmos [...] Aprender do passado a distinção entre o que é necessário e o que é mero produto de nossos acordos contingentes é aprender a chave da autoconsciência mesma. (Skinner, 1988, p. 67)

O autor citado defende a não existência de conceitos imutáveis, pois na verdade o que existe, segundo ele, são conceitos variados e distintos que acompanham as pluralidades da sociedade. Para que um pesquisador, ou um artista, não-indígena possa trabalhar questões relacionadas a estes povos, é preciso ter a consciência de que se trata de culturas, crenças e práticas diferentes do habitual que se está acostumado. Portanto, é de suma importância estudar e se

familiarizar com o diferente, para que discursos que perpetuam estereótipos negativos sejam evitados. Aos moldes de Skinner (1988), pode-se dizer que é preciso se colocar no lugar do outro para aprender a respeitá-lo, a alteridade precisa ser posta em prática.

Conclusão

Colocar em pauta as problemáticas camufladas na música é de suma importância, pois proporciona uma reflexão para além daquilo que está posto em primeiro plano. É necessário ter ciência de que quando se aborda questões relacionadas aos povos indígenas, existe uma pluralidade de povos, culturas e crenças distintas entre si e não se pode fazer juízo de valor sobre elas considerando apenas o ponto de vista de quem está de fora e não pertence a cultura. Reproduzir esses discursos carregados de estereótipos e preconceitos, sem se preocupar em buscar a verdade, é perigoso pois reforça nas pessoas uma imagem distorcida e caricata acerca de uma cultura que é tão rica e bela.

Além disso, tratando-se de uma personalidade como a cantora Xuxa, que no auge de sua carreira tinha o alcance de centenas de milhares de pessoas, fãs que veneravam o que ela dizia e cantava. Pode-se dizer que, mesmo de forma não intencional, ela construiu no imaginário de muitas pessoas, sobretudo nas crianças, o seu público alvo, uma imagem totalmente errada do que são os povos indígenas. Esse fenômeno pode causar inúmeras implicações, desde o total desconhecimento da História, enquanto ciência, por parte da sociedade, até mesmo atos de violência contra as populações indígenas, algo que não é nada raro de se presenciar.

Este trabalho não é o produto final de uma pesquisa, faz parte de um processo de provocações que buscam analisar essas representações sociais, diversas outras pesquisas podem surgir a partir daqui, seja em analisar outras músicas de outros cantores, ou outros veículos de manifestação da cultura; seja ainda, em buscar e analisar quais são as implicações que estes discursos podem causar na sociedade. Um outro desdobramento possível seria analisar como a representações dos indígenas é construída nas escolas de ensino básico, lugar onde a personalidade do indivíduo começa a ser fomentada, e quais as contribuições da música nesse espaço.

Não se teve por objetivo, de forma alguma, ridicularizar a cantora Xuxa, nem diminuir o valor do seu trabalho, tampouco suscitar atos de cancelamento ou violência sobre ela, o foco foi apenas perscrutar como o indígena é apresentado na letra da música por ela interpretada, discutindo assim como esse espaço poderia ser melhor utilizado para representá-los de maneira correta, dando a devida representação a um povo que, historicamente, foi segregado da sociedade.

A música, assim como o cinema, o teatro, as novelas, as outras formas de manifestações da cultura e todo e qualquer espaço de fala, de pequena, média ou grande influência, devem ser usados para propagar informações corretas e contribuir para o fim da discriminação e dos preconceitos estruturais existentes na sociedade. Não se pode permitir que a ignorância prevaleça e se sobressaia, o acesso à educação e o conhecimento devem ser instrumentos aliados da sociedade para a construção de um mundo melhor, mais justo e menos segregado, onde a equidade prevaleça.

Referências

MENDONÇA, Vinícius Alves de; PEIXOTO, José Adelson Lopes. Entre pinturas, símbolos e significados: a pintura corporal enquanto expressão religiosa dos indígenas Jiripankó. **Revista Querubim Digital**, Rio de Janeiro, ano 15 N.º 38 vol.7. p. (77-83), 2019.

MENEGHEL, Maria da Graça Xuxa. **Música: Brincar de Índio**. Compositores: Michael Sullivan e Paulo Massadas. 1988. Disponível em: < <https://youtu.be/2v5n7Q8oK0Q> >. Acesso em: 15 de jan. de 2024.

“NUNCA pergunte qual é a ‘tribo’ de um indígena”, diz socióloga Fulni-ô. **UOL Universa**. 2021. Disponível em:<<https://www.uol.com.br/universa/colunas/mulherias/2021/05/28/nunca->

pergunte-qual-e-a-tribo-de-um-indigena-explica-sociologa-fulni-o.htm>. Acesso em: 06 de jan. de 2024.

ODILLA, Fernanda. Número de tribos isoladas dobra na América do Sul, mas maioria está em situação de risco. **BBC News Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47984370>>. Acesso em: 02 de fev. de 2024.

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Minha identidade é meu costume: religião e pertencimento entre os indígenas Jiripankó – Alagoas**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) Programa de pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2018.

SILVA, Edson Hely. Dia do índio: a folclorização da temática indígena nas escolas. **Construir Notícias**. Pernambuco, 2013. Disponível em: <<https://www.construirnoticias.com.br/dia-do-indio-a-folclorizacao-da-tematica-indigena-na-escola/>>. Acesso em: 10 de jan. de 2024.

SILVEIRA, Gleide Conceição de Jesus. **O índio, a terra e as lutas: quem disse que 19 de abril é dia de brincar de índio?**. Trabalho de Conclusão do Curso em Inclusão e Diversidade na Educação – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2020.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: TULLY, James (ed.). **Meaning & context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Enviado em 30/04/2024

Avaliado em 15/06/2024

A IMPORTÂNCIA DA INOVAÇÃO NO COOPERATIVISMO: UM ESTUDO DE CASO UTILIZANDO O MODELO RADAR DA INOVAÇÃO ¹⁶

Fabiano Kapelinski¹⁷
Louise de Lira Roedel Botelho¹⁸
Adriano Silva da Rosa¹⁹

Resumo

A inovação no cooperativismo estimula a colaboração, a sustentabilidade, a igualdade e o compartilhamento. Dessa forma, o objetivo geral do estudo é analisar o grau do radar da inovação em uma cooperativa agropecuária, situada no município de Santa Rosa/RS. Como metodologia foi classificada como quantitativa, exploratória e de pesquisa de campo, os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada. Os resultados do estudo possibilitaram reconhecer que esta cooperativa agropecuária, sediada em Santa Rosa/RS, realiza trabalhos orientados para a comunidade, que promovem a educação inovadora cooperativista e a cidadania entre os munícipes.

Palavras-chave: Radar da inovação. Cooperativismo de plataforma. Transformação digital. Inovação cooperativa.

Abstract

Innovation in cooperativism encourages collaboration, sustainability, equality and sharing. Thus, the general objective of the study is to analyze the level of innovation radar in an agricultural cooperative, located in the municipality of Santa Rosa/RS. The methodology was classified as quantitative, exploratory and field research, data was collected through a semi-structured interview. The results of the study made it possible to recognize that this agricultural cooperative, based in Santa Rosa/RS, carries out community-oriented work, which promotes innovative cooperative education and citizenship among residents.

Keywords: Radar of innovation. Cooperativism in platform. Transformation digital. Innovation cooperative.

Introdução

A inovação contribui para a criação de valores relacionados à sustentabilidade, igualdade, colaboração e ao compartilhamento, princípios que marcam o cooperativismo (OCB, 2022). A inovação ganha importância em razão de sua estreita relação com a competitividade. Normalmente, quanto mais inovadora uma empresa for, maior será sua competitividade e melhor sua posição no

¹⁶ Esse artigo contempla o projeto com apoio financeiro aprovado na chamada CNPq/SESCOOP N° 11/2022 – Pesquisa em Cooperativismo. Projeto aprovado no CEP da UFFS número do parecer 5.953.324, sob CAAE: 67338223.5.0000.5564.

¹⁷ Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) *campus* Cerro Largo/RS.

¹⁸ Coordenadora da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora titular do Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas da UFFS. Bolsista de Extensão no País do CNPq - Nível B. Pós Doutora e Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (EGC/UFSC). Pesquisadora e coordenadora de Programas de Pesquisa e Extensão sobre Cooperativismo, ITCPs e Empreendimentos de Economia Solidária e de projetos ligados a gênero. Participa de grupos de pesquisa nas áreas: das ciências sociais aplicadas e interdisciplinar. Vice líder do grupo de pesquisa Teorias e Processos de Desenvolvimento.

¹⁹ Mestrando de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas (UFFS) – Cerro largo/RS. Psicólogo Perito pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Psicólogo em Comunidade Terapêutica - Tratamento e Recuperação de Dependentes de Alcool e Outras Drogas Coordenador Terapêutico nas quatro Comunidades Terapêuticas da Associação Vida Plena Amor Exigente - AVIPAE Conselheiro no COMAD do Município de Horizontina/RS.

mercado em que atua. Essa alta capacidade para inovar transforma ideias em produtos, serviços e processos inovadores de forma rápida e eficiente (CARVALHO, 2011).

Assim, “fica evidente que a inovação não pode ser vista como algo acessório à administração da organização. Ela é parte vital da estratégia de uma cooperativa e é indispensável para a sustentabilidade dos negócios” (OCB, 2022, p. 27). A inovação é considerada uma das principais maneiras de agregar valor aos negócios, fazendo a diferença para as cooperativas, independentemente do tipo e tamanho, pois caso a cooperativa não realize mudanças naquilo que está sendo oferecido (produtos ou serviços) ou na maneira como esses produtos ou serviços estão sendo criados e ofertados, corre-se o risco de a mesma ser superada por um concorrente disposto a mudar (OCB, 2022).

Diante disso, o artigo tem como objeto de estudo a cidade de Santa Rosa/RS, pertencente a *Fronteira Noroeste*, o qual busca identificar os requisitos e competências para a inovação, transformação digital e perspectivas da modelagem do cooperativismo de plataforma, foi realizado a aplicação de um questionário adaptado para o cooperativismo tendo como base o radar de inovação, cuja a pesquisa sobre o mapeamento das organizações cooperativas da região fronteira noroeste foi aprovado na chamada CNPq/SESCOOP N° 11/2022.

Como metodologia da pesquisa é classificada como quantitativa, exploratória e de pesquisa de campo, os dados foram coletados por meio de uma entrevista semiestruturada realizada com o gestor da cooperativa analisada. Em “análise de dados” são apresentados os achados mais importantes considerando os blocos I, II, III os quais foram estudados identificando requisitos e competências para a inovação, transformação digital e perspectivas da modelagem do cooperativismo de plataforma.

Esta pesquisa justifica-se pela importância da quantidade limitada de pesquisas relacionadas à inovação em economias emergentes (CASTRO et al., 2014). Ensejando versar sobre temas inovadores e com maior aporte às ciências sobre a gestão das cooperativas e as práticas organizacionais. Nas “Considerações finais” constam os principais achados, limitações e sugestões para estudos futuros.

Inovação em cooperativas

A inovação está associada à introdução, com êxito, de um produto (ou serviço) no mercado ou de um processo, método ou sistema na organização. Essa implementação pode ser de algo que até então não existia ou que contém alguma característica nova e diferente do padrão existente. Assim, para ser considerada inovação, é preciso sua implementação e obtenção de vantagem em relação aos demais competidores do mercado. A inovação pode ser assim esquematizada: Inovação = Ideia + Implementação de ações + Resultado (CARVALHO, 2011).

A organização pode, inicialmente, implementar inovações limitadas ao ambiente interno, como desenvolver e implementar um produto/ serviço já adotado por concorrentes, no qual, na avaliação do empresário, valha a pena investir. Nesse caso, haverá inovação para a própria empresa.

Muitas empresas infelizmente acabam só inovando quando há pressão de clientes (por mais qualidade, menor custo, mais novidade, maior diferenciação) ou por ameaça de perda imediata de mercado (por causa do surgimento ou crescimento dos concorrentes). Esta são as típicas empresas de atitude reativa. Outras acabam optando por inovar pelo empreendedorismo em busca de diferenciação constante da concorrência. Normalmente, esse comportamento está atrelado à vocação do principal dirigente para mudança. Esse tipo de organização visa à liderança de mercado e é tipicamente de atitude proativa. Quando principia sua procura pela inovação, a empresa pode optar por difundir os conceitos aos poucos. Pode iniciar por um setor específico e, depois,

disseminar conceitos e comportamentos por toda a organização). Entretanto é começar, mesmo que de forma empírica e avançar para uma forma de Gestão da Inovação.

Produtos e serviços são cada vez mais valorizados pelo grau de conhecimento neles contidos. Em outras palavras, quanto mais inovadores forem, quanto mais informação e conhecimento forem transformados e incorporados em novas funcionalidades de um produto, em novas formas de produção e de atendimento, entre outros, maior será o valor agregado pela inovação para a empresa.

Com o aumento da importância da inovação em consequência da economia baseada no conhecimento, a organização precisa ter clareza quanto aos modelos de inovação a serem adotados. Esses modelos tiveram sua origem nas construções teóricas de Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), o qual relacionou diretamente o desenvolvimento de produtos e processos produtivos de uma empresa com seu desempenho econômico, constituindo pela primeira vez a inovação como fator crítico para transformações na esfera econômica de longo prazo (SCHUMPETER, 1982).

Sendo estes os quatro principais modelos de inovação praticados em nível global: modelo linear: as etapas desse processo são sequenciais, burocráticas e bem definidas. Iniciam-se com a pesquisa básica, depois passam pela pesquisa aplicada, pelo desenvolvimento experimental, pela produção e chegam à comercialização. Esse modelo parte do princípio de que a pesquisa científica pode ser a fonte mais adequada para a geração de novas tecnologias. As equipes de trabalho em cada etapa, inclusive, podem ser totalmente independentes; o modelo paralelo: foi criado a partir do modelo linear, porém com um viés de inovação. Contando com mudanças e erros que podem ocorrer durante o processo, enquanto o modelo linear teria que ser refeito do início caso desse algum erro. Para realizar o modelo paralelo, você tem que perceber uma oportunidade e seguir o processo de melhoramento, o modelo de Tidd et alii: esse modelo pode ser utilizado por toda e qualquer organização, seja na produção de bens, seja na produção de serviços, de maneira ampla e genérica, já que considera as seguintes fases: buscar, selecionar, implementar e aprender, esse modelo proporciona um excelente processo, com etapas bem claras, o que permite à empresa experimentar o melhor caminho para chegar à inovação. O processo pretende ser bastante interativo, pois há atividades relacionadas a clientes, consumidores, parceiros, fornecedores, instituições de ensino e pesquisa, entre outros, já o modelo de inovação aberta ou open innovation: é um modelo de gestão empresarial que promove um desenvolvimento disruptivo na empresa, por meio da descentralização da sua mentalidade inovadora. Ou seja, busca a inovação a partir da criação de parcerias externas com outras pessoas e organizações (CARVALHO, 2011).

Além disso, Schumpeter, 1997 afirma que a inovação é o processo de substituição de produtos e hábitos de consumo antigos por novos, ou seja, é a criação de algo novo e a destruição daquilo que já pode ser considerado antiquado.

O Radar da Inovação é uma ferramenta que amplia a percepção da inovação incorporada pela empresa e é utilizada para mensurar o grau de inovação em empresas a partir das análises de dados e acontecimentos. A dimensão da inovação expressa a parte do negócio onde a mesma ocorre. O Modelo do Radar das 12 Dimensões da Inovação de Sawhney apresenta inovações nas seguintes dimensões do negócio: Oferta (plataforma e soluções); Cliente (experiência do consumidor e captura de valor); Processo (organização e cadeia de fornecimento); Presença (relacionamento e marca).

O modelo do “radar da inovação” talvez possa ser considerado a mais completa e abrangente relação de formas de inovação até agora divulgada (SAWHNEY et al., 2006). Diante do exposto, da importância econômica e social das cooperativas, a relevância do cooperativismo se assenta sobre quatro fundamentos: liberdade, igualdade, solidariedade e racionalidade (SCHNEIDER, 1999). Sendo a cooperativa, então, um meio para que um determinado grupo de

peças atinja objetivos específicos, por meio de um acordo voluntário para cooperação recíproca, o que podemos chamar de finalidade. Para tanto, o cooperativismo atua no mercado desenvolvendo atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização para seus cooperados.

Estudo de caso da cooperativa alpha

A presente cooperativa estudada neste artigo compõe do ramo agropecuário, na cidade de Santa Rosa/RS. Cujo ramo se define por suas características onde os participantes são produtores rurais que se unem para alcançar alguns benefícios, tais como: negociação para aquisição de insumos, atender melhor o mercado e dar mais vazão para a sua própria produção. Dentro do Ramo agropecuário são as cooperativas que exercem as atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. A função da cooperativa é receber, comercializar, armazenar e industrializar a produção dos cooperados. Além, é claro, de oferecer assistência técnica, educacional e social. Hoje, segundo o IBGE, 48% de tudo o que é produzido no campo brasileiro passa, de alguma forma, por uma cooperativa.

Escolheu-se a cooperativa agropecuária para a aplicação do questionário, por se tratar de um segmento do cooperativismo que tem hoje a maior importância, o qual tem como abrangência mais de 30 % das cooperativas e 25 % dos associados neste segmento no Brasil, e ainda segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), estas organizações são responsáveis por cerca de U\$ 1 bilhão mensais, com faturamento anual aproximando de U\$ 17 bilhões a nível de BRASIL (ALABANO, 2001).

A Cooperativa Alpha foi fundada em 27 de agosto de 1955, na localidade de Cinquentenário, então distrito de Santa Rosa/RS, hoje município de Tuparendi/RS. Inicialmente contou com a participação de 47 associados, todos ligados à agricultura. A Cooperativa nasceu com a necessidade de organização dos produtores rurais, face às dificuldades de comercialização existentes na época, principalmente na suinicultura e porque os agricultores viam no cooperativismo a melhor forma de gestão para a pequena propriedade.

A primeira sede da Cooperativa Alpha foi instalada em uma pequena casa na localidade de Cinquentenário e a primeira filial foi constituída na comunidade de Nova Esperança, município de Tucunduva-RS. A primeira sede foi ampliada nos anos 60 incluindo o funcionamento de loja, escritório e depósito para mercadorias. Já no início da década de 70, em 1971, buscando o crescimento, a Cooperativa Alpha abriu sua filial em Santa Rosa/RS, onde logo foi instalada a Sede Administrativa, dada a facilidade de acesso, comunicação e a centralização de controles. Com isso, o quadro social da cooperativa duplicou-se, ampliando também o número de colaboradores para a atender as novas demandas.

Aos poucos a cooperativa foi expandindo, aproveitando as oportunidades presentes no cenário regional, ampliando sua área territorial de atuação, diversificando seus negócios, crescendo com responsabilidade e conquistando a credibilidade que se mantém ao longo das décadas como um de seus principais valores.

A cooperativa Alpha cresceu e hoje, são mais de 1.000 colaboradores trabalhando para atender as demandas das diversas áreas do negócio. Hoje a cooperativa atua em diversos segmentos tendo entre eles: agropecuária, grãos, leite, máquinas, postos de combustíveis, rações, sementes e supermercados, o que proporciona um suporte de suprimentos a todos os seus associados.

Resultados do radar de inovação na cooperativa alpha

Assim explanamos os dados primários do questionário onde o estudo nos apresenta dados no BLOCO I, onde a Cooperativa Alpha estudada neste artigo, foi fundada em 27 de agosto de 1955, na localidade de Cinquentenário, então distrito de Santa Rosa, hoje município de Tuparendi/RS. Inicialmente contou com a participação de 47 associados, todos ligados à agricultura. A Cooperativa nasceu com a necessidade de organização dos produtores rurais, face às dificuldades de comercialização existentes na época, hoje a cooperativa agropecuária conta com mais de 4 mil associados, possui unidades/filiais em toda a região fronteira noroeste e missões, possuindo ao total de 29 unidades de recebimento de grãos, 28 lojas agropecuárias, 8 postos de combustíveis, 18 supermercados, um centro de distribuição de supermercados, um Centro de distribuição de insumos agropecuários, um centro de tratamento e beneficiamento de sementes, uma sede administrativa, uma fábrica de rações, uma corretora de seguros, uma PCH, uma área de validação de pesquisas, distribuídos nos municípios de Santa Rosa, Santo Cristo, Tuparendi, Cinquentenário (Tuparendi), Novo Machado, Cândido Godoi, Giruá, Três de Maio, Doutor Maurício Cardoso, Cerro Largo, São Pedro do Butiá, Santo Ângelo, Guarani das Missões, Campina das Missões, Tucunduva, Sete de Setembro, Ubiretama. A Cooperativa Alpha estudada neste artigo, tem um porte grande, com um faturamento bruto anual superior a R\$ 300 milhões. Tem por atividades principais e serviços os produtos ofertando os serviços completos no ramo agropecuário, insumos, assistência técnica muito capacitada, projetos de custeios e investimentos, seguros através de sua corretora Produz Mais Seguros, rações de marca própria, sementes de marca própria, combustíveis, supermercados com linha completa de produtos de ótima qualidade (produtos alimentícios, produtos de higiene, limpeza e bazar).

Estudo apresenta dados no BLOCO II sobre Inovação a qual é considerada a criação de um novo e considerável valor para os clientes e para a cooperativa, por meio da modificação criativa de uma ou mais dimensões presentes no sistema organizacional, ou seja, qualquer mudança, seja ela simples ou robusta, pode ser considerada uma ação inovadora.

A Cooperativa Alpha relata que a inovação faz parte de seus planejamentos estratégicos, e que os responsáveis por pensar sobre as estratégias de inovação são os membros da Diretoria e conselheiros visam uma melhor evolução no atendimento e prestação de serviço aos seus clientes e associados. Dentre os desafios que se tem no meu cooperativo agropecuário o que é uma coisa mais complexa, pois não falta recursos financeiros, nem organização, ideias ou projetos, capacitação, interesse, e sim que a inovação nos dias de hoje vai fazer parte sempre, tendo que sempre estar buscando solucionar as dificuldades, pois a inovação não tem um final, ela está e estará presente em cada gestor da empresa como algo natural a acontecer.

No BLOCO III, o Radar de Inovação permite analisar 13 dimensões, no qual são avaliadas as seguintes práticas organizacionais: (1) Oferta, (2) Plataforma, (3) Marca, (4) Clientes, (5) Soluções, (6) Relacionamento, (7) Agregação de Valor, (8) Processos, (9) Organização, (10) Cadeia de Fornecimento, (11) Presença, (12) Rede, e (13) Ambiência Inovadora.

Através da entrevista realizada com a cooperativa, obteve-se uma gama de informações que serão descritas nesta seção, buscando evidenciar como as referidas cooperativas do ramo de agropecuário, intitulada de Cooperativa Alpha, está desenvolvendo e identificando requisitos e competências para a inovação, transformação digital e perspectivas da modelagem do cooperativismo de plataforma.

As ações desenvolvidas pela Cooperativa Alpha, no bloco III que tem como objetivo a mensuração do grau de inovação da cooperativa tendo como áreas de interesses nas dimensões com os resultados: na dimensão de Oferta- teve média 4 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Plataforma - média 5 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Marca - média 4 sendo Inovadora

Sistêmica, na dimensão de Cooperados/Clientes - média 4 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Soluções -média 5 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Relacionamento- média 5 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Agregação de valor- média 5 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Processos- média 5 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Organização- média 4.2 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Presença- média 3 sendo Inovadora ocasional, na dimensão de Rede- média 5 sendo Inovadora Sistêmica, na dimensão de Ambiência inovadora - média 3.3 sendo Inovadora ocasional, na dimensão de Ambiente cooperativo - média 5 sendo Inovadora Sistêmica.

Dentre os itens do Radar de Inovação que permite analisar as 13 dimensões, no qual são avaliadas as práticas organizacionais averiguou que a Cooperativa Alpha possui 11 dimensões com critérios de inovação sistêmica cujas são aquelas que envolvem várias áreas em um negócio, contemplam uma nova mentalidade que envolve todos os níveis de uma organização quando se fala de novos produtos, centrando-se no desenvolvimento e melhorias de funções, e duas dimensões (Presença, Ambiência inovadora) com inovação ocasional, que por sua vez, acontece de maneira esporádica e não é uma atividade contínua. Um exemplo disso é a criação de um novo produto ou serviço que não está diretamente relacionado com a atividade principal de uma empresa.

Diante das informações apresentadas, foi identificado até o presente momento no município de Santa Rosa/RS, através da análise da Cooperativa Alpha, onde visa atender aos princípios do cooperativismo. Das ações identificadas, 11 delas são de inovação sistêmica e 2 de inovação ocasional, todas com o propósito de atender melhor seus cooperados e clientes, e as demais ações são desenvolvidas para a comunidade em geral. Através disso, a Cooperativa Alpha, trabalha e desenvolve ações e atividades voltadas ao interesse da comunidade.

5

Considerações Finais

Esse estudo considerou a literatura sobre o desempenho de inovação na industrialização em cooperativas e a complexidade do constructo, além de explorar a lacuna empírica na busca da compreensão das dimensões econômico-financeira e social, adaptado às particularidades do empreendimento cooperativo brasileiro.

Os resultados desta pesquisa avançam na compreensão dos elementos componentes do desempenho de inovação em cooperativas nas dimensões propostas, e as contribuições são destacadas em cada uma.

Tendo como base de estudo os itens do Radar de Inovação que permite analisar as 13 dimensões, no qual são avaliadas as práticas organizacionais averiguou que a cooperativa Alpha possui onze (11) dimensões com critérios de inovação sistêmica cujas são aquelas que envolvem várias áreas em um negócio, contemplam uma nova mentalidade que envolve todos os níveis de uma organização quando se fala de novos produtos, centrando-se no desenvolvimento e melhorias de funções, e duas (2) dimensões (Presença, Ambiência inovadora) com inovação ocasional, que por sua vez, acontece de maneira esporádica e não é uma atividade contínua. Um exemplo disso é a criação de um novo produto ou serviço que não está diretamente relacionado com a atividade principal de uma empresa.

Diante das informações apresentadas, foi identificado até o presente momento no município de Santa Rosa, através da análise da Cooperativa Alpha, onde visa atender aos princípios do cooperativismo. Das ações identificadas, todas possuem o propósito de atender melhor seus cooperados e clientes, e as demais ações são desenvolvidas para a comunidade em geral. Através disso, a Cooperativa Alpha do município de Santa Rosa - RS, trabalha e desenvolve ações e atividades voltadas ao interesse da comunidade.

Essas constatações permitem ao gestor das cooperativas tomar decisões relativas a cada componente apontado. Relativo à dimensão social, a industrialização de produtos novos para a cooperativa ou para o mercado pode influenciar nos aspectos sociais, como o orgulho em pertencer à cooperativa, ao estar disponível para compra um produto manufaturado resultante da commodity produzida pelo associado. Isso pode impactar na quantidade de membros ativos e na participação em assembleia. As implicações teóricas deste estudo relacionam-se ao avanço na compreensão do modelo de desempenho de inovação e demonstra como as cooperativas têm tratado a temática.

Para as implicações práticas, tal compreensão pode auxiliar as cooperativas no desenvolvimento de estratégias voltadas à inovação. As limitações na realização do estudo se relacionaram resistência a participação dos respondentes da amostra, após inúmeros contatos foi possível os resultados do questionário. Uma oportunidade de pesquisa é quanto ao programa de inovação para o cooperativismo do Rio Grande do Sul, em específico para a região da fronteira noroeste, é oportuno seguir pesquisando quais são os resultados que o programa de inovação trouxe para as cooperativas a médio e longo prazo.

A realização de pesquisas que abordam elementos não financeiros do desempenho de inovação, poderá contribuir para se compreender o constructo que é de difícil mensuração. Futuras pesquisas recomenda-se que poderiam incluir a percepção do associado, sobretudo na dimensão social, o que contribui para uma compreensão mais ampla do constructo.

Referências

- ALBANO, Cláudio Sonaglio. **Problemas e ações na adoção de novas tecnologias de informação**: um estudo em cooperativas agropecuárias do Rio Grande do Sul. 2001.
- CASTRO, César Nunes de; RESENDE, Guilherme Mendes; PIRES, Murilo José de Souza. **Avaliação dos impactos regionais do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)**. 2014.
- CARVALHO, Hélio Gomes de; REIS, Dálcio Roberto dos; CAVALCANTE, Márcia Beatriz. **Gestão da inovação**. 2011.
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. **Inovação no cooperativismo**: um guia descomplicado para quem deseja inovar mais e melhor no universo coop. Brasília: Inovacoop; Sistema OCB, 2022. Disponível em: <https://materiais.somuscooperativismo.coop.br/livroinovacao-no-cooperativismo>. Acesso em: 19/11/2023.
- SAWHNEY, Mohanbir; WOLCOTT, Robert C.; ARRONIZ, Inigo. As 12 formas diferentes de inovar nas empresas. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**, v. 5, n. 2, p. 6-14, 2006.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

Enviado em 30/04/2024

Avaliado em 15/06/2024

A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL COMO FERRAMENTA GERENCIAL PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Franklin Vieira de Araújo²⁰
Walles Felipe da Silva²¹
Noedson Rocha de Araújo²²

Resumo

A corrupção, burocracia e desequilíbrios fiscais geram uma percepção na sociedade de que as despesas da gestão pública devem seguir mecanismos de controle e transparência, de forma a não exceder a receita arrecadada. Pautado em uma pesquisa de natureza descritiva e de abordagem qualitativa, bibliográfica e documental, o presente estudo tem como objetivo geral identificar a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal como ferramenta gerencial no controle das finanças públicas na esfera municipal. Destarte, os resultados apontam que a LRF é um instrumento eficaz para os municípios quanto à limitação dos gastos públicos.

Palavras-chave: Gestão Pública; Transparência; Lei de Responsabilidade Fiscal.

Abstract

Corruption, bureaucracy and fiscal imbalances generate a perception in society that public management expenses must follow control and transparency mechanisms, so as not to exceed the revenue collected. Based on descriptive research with a qualitative, bibliographic and documentary approach, the general objective of this study is to identify the importance of the Fiscal Responsibility Law as a management tool in controlling public finances at the municipal level. Therefore, the results indicate that the LRF is an effective instrument for municipalities in limiting public spending.

Key words: Public Management; Transparency; Fiscal Responsibility Law.

Introdução

O processo custoso de desenvolvimento das instituições orçamentárias do país, a corrupção galopante, a burocracia no processo de licitação e os desequilíbrios fiscais desencadearam na sociedade e nas instituições que fornecem informações inerentes a esse processo a percepção dos órgãos de que as despesas executadas pelos gestores públicos devem seguir mecanismos de controle, de forma a não exceder as receitas arrecadadas e que os escassos recursos públicos devem ser administrados de maneira responsável, objetiva e eficaz.

Vale ressaltar que o Brasil tem buscado mudar sua ética de gastos, utilizando os orçamentos públicos como uma das principais ferramentas para alcançar essas mudanças. O orçamento público é sustentado por lei, incluindo em seu escopo a previsão da receita e a estimativa dos gastos do governo em um determinado exercício.

²⁰ Professor do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Professor dos cursos Tecnólogos de Logística e de Gestão de TI da Faculdade de Ciências de Goiana/PE. Graduação em Ciências Contábeis e pós-graduação em Contabilidade Empresarial - UFPB

²¹ Analista contábil no mercado local, atuando na área pública e desenvolvendo atividades como consultoria e assessoria, envio e acompanhamento de obrigações acessórias e suporte técnico contábil. Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE e pós-graduação em Contabilidade Pública e Auditoria, Controladoria e Finanças pela Faculdade Facuminas de Pós-graduação.

²² Coordenador do curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências de Timbaúba/PE. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pós-graduação pela Associação Cultural e Educacional de Vilhena

Nos termos da Lei Complementar (LC) n.º 101, de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) tornou-se uma ferramenta de gestão importante e indispensável para a administração pública, com o objetivo de limitar os gastos públicos dos gestores e dos órgãos da administração pública. Nesse aspecto, o presente artigo, propõe uma análise do seguinte tema: “A Lei de Responsabilidade Fiscal como ferramenta gerencial para a Administração Pública”.

A LRF exige que os gestores públicos se comprometam com as metas propostas através do orçamento público apresentado pelo poder executivo e aprovadas pelo legislativo, pois, determina regras de finanças públicas para uma gestão fiscal responsável, prevenindo e corrigindo desvios que possam afetar as receitas e despesas das contas públicas, tendo como premissas básicas, o planejamento, o controle, a transparência, a fiscalização e a prestação de contas.

Nesse sentido, a problemática levantada nesse estudo é: existe uma supervisão eficaz na preparação e implementação dos orçamentos públicos em pequenos municípios, e quais as dificuldades para o cumprimento dos percentuais impostos pela LRF? O objetivo geral é identificar a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal como ferramenta gerencial no controle das finanças públicas na esfera municipal. Com os objetivos específicos: caracterizar os objetivos da LRF; demonstrar a importância da LRF no controle orçamentário municipal; analisar a existência de um planejamento adequado na elaboração dos orçamentos municipais; e, identificar os motivos que ocasionam o descumprimento dos limites legais impostos pela LRF na esfera municipal.

O texto possui a seguinte estrutura: inicialmente, a metodologia do estudo; em seguida, será discutido a Lei de Responsabilidade Fiscal como ferramenta gerencial para a Administração Pública, depois abordaremos a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal na contabilização das entidades públicas e, por último, traremos algumas considerações relevantes.

Metodologia

O presente estudo de natureza descritiva, caracterizado como um tipo de pesquisa que “[...] exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (Gerhardt & Silveira, p.35, 2009) e, de abordagem qualitativa definido como um tipo de abordagem que “[...] não se preocupa com representação numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (Gerhardt & Silveira, p.31, 2009), buscou compreender a LRF dentro da gestão pública, como principal ferramenta administrativa utilizada pelos gestores públicos no controle dos seus gastos.

Para Lamy (2020), o método de coleta de dados refere-se à maneira procedimental pelo qual as informações sobre o objeto de pesquisa são reunidas. Nesse contexto, os procedimentos metodológicos utilizados foram a investigação bibliográfica e documental, sendo utilizados como fontes livros, artigos científicos e *sites* que abordam o assunto, além da legislação vigente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal como ferramenta gerencial para a Administração Pública

Para Silva (2012), *apud* Marques (2005), a chegada da família real portuguesa foi responsável pelo surgimento da contabilidade pública no Brasil e, devido ao impulsionamento dos gastos públicos, as atividades coloniais foram desenvolvidas neste período, incluindo um controle fiscal de forma sustentável para tal época.

A contabilidade pública está sujeita à Lei Complementar 4.320/64, que estabelece as normas gerais da legislação financeira para a formulação e controle do orçamento e balanços da união, estados, municípios, distritos federais e outros órgãos. Seu objetivo é fornecer à

administração e à sociedade informações precisas e atualizadas para contribuir na tomada de decisão, principalmente dos órgãos de controle interno e externo no cumprimento de sua missão (Zirbes et al., 2009).

Conforme Silva (2012), apud Angélico (2009), a contabilidade pública é uma disciplina que alinha os registros e as técnicas contábeis com os princípios gerais do direito financeiro da administração pública. Além disso, seu campo de atuação está centrado nas empresas de direito público, as quais são: os governos federal, estadual, distrital e municipal, bem como suas respectivas autarquias e suas fundações públicas.

Assim, a contabilidade pública possui papel importante não apenas no registro, mas também no auxílio ao controle das contas públicas, contando, para isso, com o apoio dos mecanismos presentes na legislação pertinente, como é o caso daqueles presentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A LRF visa a reforma do Estado, objetivando a substituição da administração pública burocrática pela gerencial, melhorando a eficiência da prestação dos serviços nacionais e estimulando o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico do país (Ribas et al., 2012).

Tendo contribuído para o pleno exercício da democracia, a LRF obriga os gestores públicos a controlar seus gastos de forma responsável e a fornecer informações sobre as aplicações dos recursos (Ziviani, 2004).

A LRF estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, amparada pelo Capítulo II do Título VI da Constituição Federal de 1988.

Sendo assim, cabe à LRF:

Art. 1, § 1º. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar (Artigo.1, §1º da LC 101/2000).

Essa legislação representa um mecanismo importante que estabelece critérios e normas que possibilitam uma gestão responsável das finanças públicas dos entes da federação, promovendo o equilíbrio fiscal, o combate à corrupção, a transparência e o controle na administração das despesas públicas.

Para Silva (2012), apud Lima e Castro (2003), a despesa pública corresponde à distribuição e ao emprego das receitas para o custeio de diferentes entes e para os investimentos. Acredita-se que os requisitos estabelecidos na LRF promoveram um maior controle sobre as despesas dos gestores públicos. O endividamento excessivo do governo, nesse sentido, também passou a exigir dos profissionais melhores operações de monitoramento.

As despesas com pessoal na administração pública representam um dos maiores gastos presentes no orçamento dos governos, o que leva a uma preocupação para que o teto definido em lei não seja ultrapassado, não comprometendo o desempenho do papel do Estado que é atender às necessidades da sociedade.

Diante disso, um dos principais dispositivos de controle da LRF é a limitação das despesas de pessoal. Na esfera municipal, o teto de despesas é equivalente a 60% da receita corrente líquida do município, onde o teto do poder legislativo é de 6% e 54% do poder executivo (Brack, 2020).

De acordo com a LRF, entende-se como despesa total com pessoal:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência (Artigo. 18 da LC 101/2000).

Para a administração pública, manter mecanismos de controle e atender às metas estabelecidas entre o resultado oriundo das receitas e despesas é condição indispensável para atingir a eficiência e eficácia cobradas pela sociedade no atendimento às demandas que surgem a cada exercício.

Outra ferramenta de controle e transparência é a Lei nº 4.320/64 que tem o cuidado com a responsabilidade na gestão fiscal dos entes da federação quando trata em seus dispositivos sobre com a transparência, o controle e a fiscalização da administração pública, contudo não apresenta de forma detalhada dados específicos sobre a execução orçamentária, deixando isso sob a responsabilidade das unidades da federação quando da edição de normas específicas, considerando suas respectivas particularidades (Zirbes et al., 2009).

Salienta-se que a gestão fiscal se refere à busca pelo equilíbrio das contas públicas, de forma a gerir eficazmente uma melhor administração das receitas e despesas no âmbito prescrito pela lei (Ribas et al., 2012).

Como forma de atender a essa necessidade de controle e responsabilidade, a LC 101/2000 traz os instrumentos de transparência a serem utilizados:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos (Artigo. 48 da LC 101/2000).

O Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) é elaborado pelo governo municipal e emitido no prazo de 30 dias após o final do período de referência. Essas informações são preparadas a partir dos dados contábeis consolidados de todas as unidades de gestão (Zirbes et al., 2009).

No Relatório de Gestão Fiscal (RGF), é importante enfatizar que, na perspectiva do sistema financeiro público implantado com a LRF, o relatório ocupa posição central na supervisão das atividades financeiras municipais, pois abrange todos os aspectos do cumprimento das metas fiscais. Os limites de definição de despesas e dívidas são variáveis cruciais (Zirbes et al., 2009).

A aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal na contabilização das entidades públicas

No setor público, a informação contábil é essencial para uma boa administração pública, na qual é necessário que a gestão gere dados importantes que permitam um acesso rápido e fácil de entender aos gestores internos e externos. E assim, com esse conjunto de informações precisas e claras, foi introduzida a LRF, padronizada para a grande necessidade de prestação de contas do setor público (Silva, 2012).

O orçamento público é a base da administração pública, pois é utilizado para estimar despesas e receitas. Para um planejamento efetivo e eficiente do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), é extremamente importante e fundamental entender as receitas e as despesas públicas.

As receitas públicas correspondem à arrecadação dos cofres públicos para recebimento de bens que representam valores com os quais o governo está comprometido (Silva, 2012). Já a despesa pública pode ser “conceituada como a soma de dispêndios ou gastos realizados pelo Estado com o objetivo de atender as necessidades coletivas” (Rosa, 2011, p.249).

O artigo 50 da LRF contém regras para a escrituração das contas públicas e confere mais autonomia e funcionalidade à contabilidade pública. São elas:

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I – a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II – a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III – as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjunta mente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV – as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V – as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI – a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos (Artigo. 50 da LC 101/2000).

Segundo Silva (2012), para que se possa realizar um planejamento eficaz e eficiente, em conjunto com o PPA, a LDO e a LOA, é de extrema importância conhecer as receitas e despesas públicas.

Com isso, a LRF atribui à contabilidade pública o controle tanto do orçamento quanto da economia financeira, auxiliando no controle da gestão da dívida pública. E assim, atribuindo ao controlador externo, ou seja, ao bom cidadão, o direito de verificar como a administração pública apresenta suas informações sobre receitas e despesas em sua gestão, correspondendo literalmente ao princípio da publicidade (Silva, 2012).

Sabe-se que o cumprimento das determinações contidas na LRF confere ao administrador público maior controle sobre as despesas, de forma a evitar o endividamento excessivo da gestão e, nesse sentido, exige também do profissional contábil um melhor acompanhamento das operações (Silva, 2018).

É importante ressaltar que a LRF não trouxe mudanças significativas na forma de fazer ou apresentar a contabilidade em si, mas na obrigação de extrair a contabilidade de um volume maior de informações (Silva, 2012).

A LRF também proporcionou a transparência dos gastos públicos, exigindo que as finanças sejam apresentadas detalhadamente à fiscalização da União, ao Estado e também aos municípios. Esses órgãos podem ou não aprovar as contas, e se as contas forem negadas, será feita uma investigação ao executivo correspondente, o que pode resultar em multas ou mesmo na proibição de contestar novas eleições (Silva, 2018).

A LRF estabelece limites diferenciados para os municípios, em relação às despesas de pessoal, endividamento, operações de crédito, serviços da dívida, antecipação de receita orçamentária, gastos com saúde, educação, entre outras, ou seja, do ponto de vista da LRF, os mecanismos de controle devem apoiar a gestão das receitas e despesas públicas, dívidas e bens públicos e impor regras orçamentárias claras e precisas que sejam aplicadas em todos os níveis de governo (Zirbes, Bitarello, & Staudt, 2009).

Portanto, antes de tudo, os municípios devem ser capazes de gerir suas finanças de forma mais planejada e com controles mais precisos para administrar as atividades e os recursos do setor público.

Considerações Finais

De acordo com o presente estudo, a LRF foi crucial para que a administração pública municipal pudesse usar adequadamente os seus recursos como forma de atender às necessidades da sociedade, seguindo os princípios da transparência, legalidade, eficiência, equidade e ética, demonstrando que a gestão pública, quando combinada com o interesse público, aspectos éticos e com a devida atenção às normatizações que orientam ao correto processo de gestão, consegue atender às demandas criadas tempestivamente.

Introduzindo inúmeras alterações e modificações na gestão pública, a LRF constitui um importante instrumento jurídico para o estabelecimento de normas voltadas para finanças públicas, em que a maior contribuição visa a transparência e a prestação de contas na gestão fiscal. Os municípios possuem, nessa legislação, o apoio de que necessitam para desempenhar um papel importante no desenvolvimento econômico e social da região.

Como ferramenta de apoio aos municípios nesse processo, a contabilidade pública vem se tornando um instrumento imprescindível de apuração de despesas e receitas, servindo de alerta aos administradores, cidadãos e órgãos de controle e demonstrando seu papel no apoio à boa administração, às ações governamentais e verificando a preservação do patrimônio público, servindo, assim, aos interesses da coletividade.

Com isso, podemos concluir que a Lei de Responsabilidade Fiscal representa um instrumento poderoso e eficaz dos municípios para a introdução de comportamentos mais dinâmicos na prática das finanças públicas no interesse da população, atuando como uma ferramenta gerencial para a administração pública.

Referências

- BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**: Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade social na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm. Acesso em: 28 fev. 2024.
- BRACK, Fabio. As despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal. **Blog Brack e Barbi Advogados Associados**, publicado em 09 jul. 2020. Disponível: <https://www.brackebarbi.com.br/blog/despesa-com-pessoal-na-lrf/#:~:text=O%20limite%20de%20despesa%20com%20pessoal%20na%20Lei%20de%20Responsabilidade%20Fiscal&text=Um%20dos%20mecanismos%20de%20controle,e%2054%25%20para%20o%20Executivo>>. Acesso em: 08 mar. 2024.
- GERHARDT, Tatian Engel (org.); SILVEIRA, Denise Tolfo. (2009). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/M%C3%A9todos_de_Pesquisa/dRuzRyEIzmkC?hl=pt-BR&gbpv=1. Acesso em: 06 mar. 2024.
- LAMY, M. Metodologia da pesquisa: Técnicas de investigação, argumentação e redação. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Matrioska Editora, 2020. 450 p.
- RIBAS, P. H.; GELBECKE, D. B.; OLIVEIRA, E. D. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Curitiba: e-Tec Brasil, 2012.
- ROSA, M. B. **Contabilidade no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2011.
- SILVA, A. B. **A contabilidade pública e o impacto da lei de responsabilidade fiscal na administração pública**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis), Faculdade Araguaia, Goiânia, 2012. Disponível em: <http://www.fara.edu.br/sipe/index.php/anuario/article/viewFile/137/121>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- SILVA, Josimara Lopes. Lei de Responsabilidade Fiscal na Contabilidade Pública. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. ano 03, ed. 02, v. 04, pp. 89-108, fev., 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/lei-de-responsabilidade-fiscal>. Acesso em: 12 abr. 2024.
- ZIRBES, Maria Cristina de Campos; BITARELLO, Juclaine; STAUDT, Tarcísio. Análise dos relatórios da execução orçamentária e da gestão fiscal no contexto da lei de responsabilidade fiscal. **Gestão e Desenvolvimento**, v.6, n. 1, pp. 123-136, jan./jun., 2009. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/936/1242>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- ZIVIANI, J. Lei de Responsabilidade Fiscal: planejamento, controle, transparência e responsabilização. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 517, 6 dez. 2004. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6026/lei-de-responsabilidade-fiscal#:~:text=A%20inten%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei%20de,n%C3%A3o%20agirem%20de%20maneira%20correta>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- Enviado em 30/04/2024
Avaliado em 15/06/2024

RAÍZES DE UM POVO: INDÍGENAS, EUROPEUS, AFRICANOS [...] AGORA, BRASILEIROS

Gilcerlandia Pinheiro Almeida Nunes Melo²³

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão sobre características do povo brasileiro legados da história colonial de escravidão patriarcal a partir de ideais de autores como: Sérgio Buarque de Holanda (1995), Gilberto Freyre (1994), Manuel Bonfim (1993), Florestan Fernandes (1978). Esses são referências importantes para essa temática, pois, respectivamente, escreveram as seguintes obras fundamentais para o pensamento social brasileiro: Raízes do Brasil; Casa Grande & Senzala; América Latina: males de origem e A integração do Negro na sociedade de classes. Cada um à sua época e com suas peculiaridades trouxeram reflexões marcantes aos estudos que compõem a construção do pensamento social brasileiro.

Palavras-chave: Herança colonial. Pensamento social. Povo brasileiro.

Abstract

This article presents a discussion on characteristics of the Brazilian people, legacies of the colonial history of patriarchal slavery based on the ideals of authors such as: Sérgio Buarque de Holanda (1995), Gilberto Freyre (1994), Manuel Bonfim (1993), Florestan Fernandes (1978). These are important references for this theme, as, respectively, they wrote the following fundamental works for Brazilian social thought: Raízes do Brasil; Casa Grande & Senzala; América Latina: males de origem and A integração do Negro na sociedade de classes. Each one in their own time and with their peculiarities brought remarkable reflections to the studies that make up the construction of Brazilian social thought.

KeyWords: Colonial heritage. Social thinking. Brazilian people.

Introdução

No contexto dos estudos sobre o pensamento social brasileiro, tem-se uma rica construção teórica historiográfica, desde fins do século dezanove, passando por todo século vinte e chegando até os dias atuais. Muitos grupos deixaram seu legado na história e, a partir dessa gama de elementos formadores do povo brasileiro, vários pesquisadores se dedicaram à reflexão das características que marcam essa nação. Para isso, muitos caminhos foram percorridos e ainda o serão. Cada um desses estudiosos, partindo de um ponto de vista que supunha em seu tempo ser o mais coerente, deu a sua contribuição à construção do conhecimento que hoje se tem disponível para entender a formação do povo brasileiro.

Para a feitura deste artigo, foram realizadas leituras de obras de autores considerados no campo da História, da Sociologia, entre outras áreas do conhecimento, elementares para entender o pensamento social do povo brasileiro. Autores como Sérgio Buarque de Holanda (1995), Gilberto Freyre (1994), Manuel Bonfim (1993), Florestan Fernandes (1978), entre outros, são referências importantes para essa temática. Respectivamente, escreveram as seguintes obras fundamentais para o pensamento social brasileiro: Raízes do Brasil, Casa Grande & Senzala, América Latina: males de

²³ Doutoranda em Ciências da Educação – Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Graduada e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduada em Pedagogia pela Alfamérica Faculdade. Especialista em Psicopedagogia, Anos Iniciais e Educação Infantil pela FAVENI. Especialista em Alfabetização + Neurociência pela UFRN. Pós-graduanda em Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Professora servidora do município de Macaíba/RN (Educação Infantil).

origem e A integração do Negro na sociedade de classes, livros que serão chamados no decorrer do trabalho.

Nesse contexto, apresenta-se uma discussão sobre alguns aspectos fundamentais da formação do pensamento social brasileiro no contexto de uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois não se tem pretensões numéricas, mas de refletir sobre essa temática no sentido de construir formulações possíveis de entendimento das formas de pensar, sentir e agir. De acordo com Brandão (2001, p. 13), a pesquisa qualitativa está ligada com os significados atribuídos pelas pessoas a partir de suas experiências no mundo social. Com isso, tenta “interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), [...]”. Portanto, aqui, apresenta-se uma perspectiva de pensar essa temática levando em consideração os autores mencionados, todavia, entende-se que há uma diversidade de outros caminhos possíveis.

Heranças de um Brasil colonial

Manuel Bonfim em **América Latina: males de origem**, no início do século XX (1903), buscou estudar a questão da identidade nacional do Brasil e como se formara a estrutura social brasileira. Insatisfeito com o desconhecimento e/ou a visão preconceituosa dos europeus sobre os problemas que o Brasil e outros países latino-americanos amargavam, resolveu construir uma discussão que pudesse oferecer respostas mais viáveis ao atraso das Américas. Diante da visão europeia de que os países latinos eram subdesenvolvidos graças ao papel da miscigenação, Manuel Bonfim oferece outra alternativa. Por que não levar em conta o tipo de colonização “parasita” que aqui se instalara? Manuel Bonfim, por ser graduado em medicina, traz esse e outros termos, fazendo analogia entre o mundo social e o universo biológico, com muita frequência para explicar o tipo de colonização que o Brasil teve.

De acordo com Bomfim (1993), os homens europeus que aqui aportaram desejavam apenas riquezas e, para isso, o caminho mais viável era explorar o hospedeiro. Desse modo, eles não pretendiam proporcionar desenvolvimento como uma nação, mas somente usufruir das riquezas consideradas sem donos. Nesse contexto, os nativos indígenas foram explorados, enganados e escravizados pelos europeus. Com isso, o autor mostra que outras questões deveriam ser discutidas para explicar a questão do subdesenvolvimento deste país e de outros latinos. Afinal, aquele tipo de relação parasitária da colonização, isto é, a classe superior que sobrevive às custas de uma inferior, sugando todas as forças até sua destruição, trouxe uma forma de pensar e agir de “conservantismo”, segundo Bomfim (1993). E isso repercute num tipo de escravidão de todos os participantes da estrutura social. Ambos os grupos são dependentes desse modelo de vida e isso pode ser uma causa de atraso para qualquer nação. “Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina” (Bonfim, 1993, p 160), ou seja, cuidadosos da preservação do *status quo*, desejosos que o futuro não seja mais que a continuação do passado.

E ainda, por que não pensar no passado sombrio que foram submetidos os negros trazidos do continente africano e seus descendentes que deram origem, juntamente com europeus e indígenas, ao povo brasileiro? O autor é esclarecedor quando diz que a miscigenação não é motivo para o atraso, mas o tipo de existência a qual esses indivíduos estiveram inseridos. Afinal, a escravidão seria um meio mais viável para a consolidação do parasitismo que se arraigou na cultura do Brasil por intermédio de várias atitudes e formas de organização da sociedade como os grandes latifúndios, por exemplo.

Bonfim ressalta que (1993, p. 126)

[...] as classes inferiores e mecânicas se adaptaram a viver em condições de pobreza, desconforto e miséria que parecem incompatíveis com a vida. Os escravos-negros – coagidos pelo açoite – adaptaram-se, habituaram-se a trabalhar o mais possível a viver com o mínimo de conforto e de alimentação.

Na visão desse autor, esses momentos da colonização marcaram, indiscutivelmente, com ferro e fogo o corpo e o espírito de todos aqueles que fizeram parte do processo no decorrer dos vários séculos seguintes. Da mesma forma, Florestam Fernandes em **A integração do negro na sociedade de classes** escrito em 1964, trata da herança de sofrimentos que os negros herdaram da realidade social a qual estiveram durante séculos envoltos. Nesse livro, estão listados alguns dos infundáveis dissabores vividos pela “sociedade de cor”. Para isso, os horrores sofridos, em toda fase da escravidão, são lembrados para reforçar a ideia de que o preconceito e exclusão que o “meio negro” teve e tem que enfrentar tem raízes profundas no tipo de exploração da escravidão negra vivenciada aqui. O olhar de Fernandes (1978) tem um viés dedicado à questão racial, mas, mesmo assim, poder-se-ia colocá-lo como grande pesquisador do pensamento social brasileiro, pois, ao mesmo tempo em que tratou das dificuldades de inserção dos negros na sociedade capitalista nascente deixava claro que o despreparo desses indivíduos não se devia ao tom de sua pele como se pensara outrora, mas das condições de sua existência social em tempos de escravidão e, porque não dizer do abandono sofrido no pós-Abolição, inclusive pela instância Estatal.

Muitos anos de afastamento da sociedade inclusiva, dos contatos com o outro²⁴ fizeram dos povos negros escravizados, pessoas despreparadas para lidar com o peso de sua existência. A responsabilidade que receberam no pós-Abolição era grande demais para a inexperiência de que dispunham. Dessa forma, foram constantemente relegados à própria sorte.

Conforme Fernandes (1964, p. 20),

[...] a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homens, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo.

Ora, a liberdade parecia aos ex-escravizados cara demais para desperdiçar tentando se adequar às novas formas de relações de trabalho do nascente capitalismo urbano, nesse caso, de São Paulo. Florestam Fernandes alerta que sua pesquisa diz respeito à cidade de São Paulo que, finalmente, estava entrando no processo de produção capitalista e utilizando o trabalho do imigrante europeu mais qualificado que os dos negros recém libertos, e, por isso não se deve generalizar os resultados obtidos por ele para as outras regiões brasileiras.

Dessa forma, o desenvolvimento capitalista incipiente se dava por meio da força de trabalho dos imigrantes europeus que, no Brasil, chegaram a partir do final do século XIX, e deram o empurrão que faltava para a implantação do modelo de produção nascente. Todavia, um aspecto importante a ser mencionado é a vivência desses imigrantes das revoluções europeias. Isso possibilitou aprendizados fundamentais para lidar com o tipo de exploração consequente do capitalismo aqui um jovem rebento. E, mesmo que os homens recém-chegados como imigrantes fizessem parte, em seus países de origem, das classes socioeconômicas menos favorecidas já possuíam experiência com o trabalho livre contrariamente aos negros brasileiros.

²⁴ Os negros representavam perigo constante para a estrutura agrária de produção, por isso a importância de mantê-los afastados. Inclusive, na chegada ao Brasil, vindos de diferentes lugares da África, os traficantes tratavam de colocá-los em diferentes regiões para dificultar a comunicação entre os escravizados e possíveis rebeliões.

Sendo assim, pensar que a colonização escravista no Brasil se dera de forma harmônica e festiva entre os diversos povos é não a compreender ou olhá-la a partir da “Casa Grande”. Nesse contexto, é preciso refletir sobre o período colonial, marcado pela escravização, mencionando todas as experiências degradantes de toda natureza as quais estiveram imersos os povos originários e os negros. Esses últimos arrancados do lar africano de formas perversas e trazidos à força para uma vida cruel, isso quando sobreviviam ao longo e aviltante traslado. Por fim, os diversos tipos de exploração que estiveram expostos homens, mulheres e crianças certamente os marcou profundamente. O encontro com a sivilização por intermédio da exploração sexual; dos maus tratos; da separação dos entes queridos e de suas crenças; das mortes por tristezas; dos “assassinatos”, dentre outros sofrimentos que aqueles povos sofreram graças ao tipo de economia escravista vigente na época, estão marcados na sociedade brasileira, em especial, entre os grupos originários e negros.

De acordo com Freyre (1994, p. 464),

Não foi só de alegria a vida dos negros escravos dos ioiôs e das iaiás brancas. Houve os que se suicidaram comendo terra, enforcando-se, envenenando-se com ervas e potagens dos mandingueiros. O banzo deu cabo de muitos. O banzo - a saudade da África. Houve os que de tão banzeiros ficaram lesos, idiotas. Não morreram, mas ficaram penando.

Pelas palavras do próprio autor, infere-se que de pouca alegria foi a vida dos escravizados. Muito mais se vê sofrimentos e crueldades advindas de todos os espaços da sociedade e custou a haver suavização do calvário vivido por esses povos.

Todavia, todos os povos que, nesta terra conviveram, sob quaisquer condições, são parte do pensamento social do povo brasileiro. Seja na alimentação, nas danças, na linguagem, na política, na cultura em geral, em tudo há contribuições dos diversos grupos que povoaram o hoje chamado Brasil. Por fim, cada grupo, na medida de suas experiências, é parte do constructo da referência de homem ou mulher que atualmente se tem.

Para tanto, mais uma importante questão a se observar é que não é simples saber de qual povo é cada contribuição, primeiro porque um pensamento, um comportamento é forjado por um imbricado de relações, segundo porque precisa ser levado em consideração que os povos originários e os negros africanos, especificamente, foram subjugados e, dessa forma, suas contribuições podem ter sido apagadas ou apropriadas pelas narrativas dos dominantes, e esse é o perigo de se construir uma história única sem a fala de todos os povos, como diz Adichie (2019).

Dando continuidade ao pensamento de autores considerados fundamentais para o pensamento social brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda, mesmo não adotando esse viés racial do Florestan Fernandes nem se deixando levar pelas ideias de miscigenação de Freyre, traz uma demonstração de um caráter estritamente brasileiro. Esse autor deita suas preocupações sobre a colonização desleixada dos portugueses, a má vontade em relação ao possível desenvolvimento da colônia entre outros fatores. Seus escritos, no ensaio **Raízes do Brasil** de 1936, dar a ele o lugar de clássico da interpretação brasileira. Nesse livro, há perspectiva de um povo verdadeiramente brasileiro identificado por meio dos gestos largos e “cordiais”. Essa expressividade festiva seria o conjunto de elementos legados do passado amalgamados nesses indivíduos, de forma que permitiu ao autor dá vida a um tipo social que viria a ser motivo de muitos questionamentos e mal-entendidos. Esses indivíduos dotados de cordialidade não são senão homens moldados para a vida em sociedade que apresentam uma generosidade e afabilidade dissimulada a partir da maneira de lidar com o outro.

Segundo Holanda (1995, p. 146),

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar ‘boas maneiras’, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante.

Dessa maneira, a forma expansiva observada no povo brasileiro não significa, necessariamente, simpatia. E isso, muitas vezes, foi e é confundido com expressões carinhosas. Mas está mais para o ditado popular “aos amigos tudo e aos inimigos os rigores da lei”, isto é, a quem interessa, manifestam-se amabilidade, o que representa traquejo nas relações sociais guiadas por intencionalidade. Isso trazia muito mais pessoalidade do que era necessário nas relações, em especial, nas públicas.

Portanto, os legados do passado, da herança da vida no âmbito rural, nos moldes patriarcais, que durou todo o período colonial e parte da independência, moldou os brasileiros a partir de relações personalistas, pautadas nas ligações de sangue. E, ao se desenvolver urbanisticamente, o Brasil herdara filhos que não eram de certa forma, preparados para a vida pública como esta deveria ser, impessoal. Mas ao contrário disso, eles traziam todas as suas experiências domésticas vividas no interior dos engenhos, durante séculos, para as relações nos diversos setores da vida social. Setores esses que requeriam relações impessoais como na administração pública, na organização dos partidos políticos, assim como nas relações de amizades.

Reflexões finais

A partir da contribuição desses pensadores da historiografia brasileira, percebe-se a importância de se refletir a experiência colonial para entender a formação do pensamento social do povo brasileiro. Por um lado, as relações entre os grupos foram marcadas por crueldades sofridas pelos povos originários depostos de suas vidas, a exposição degradante dos negros africanos escravizados, a exploração da existência desses indivíduos. E tudo isso leva a um apagamento identitário e supervalorização de narrativas dos povos europeus tidos como ideal de civilidade à época. Por outro lado, as formas de lidar com o espaço, a maneira desleixada com que os portugueses lidaram com essas terras, a despreocupação com a inovação nas técnicas de cultivo, o tipo de exploração “parasitária”, os latifúndios, a monocultura, a exportação, os domínios dos engenhos, entre outros fatores, foram orquestradores da estrutura social que hoje se tem.

Portanto, para entender o pensamento social do povo brasileiro, é fundamental refletir sobre as diversas contribuições, histórias e contextos. Com isso, é possível superar os percursos que mostram uma trama social harmônica entre os diversos grupos que engendram as identidades vivenciadas nessa nação e, em vez disso, valorizam-se as diferentes narrativas, inclusive e principalmente com suas dores.

Referências

- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BONFIM, M. **América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. **3 ed. São Paulo: Ática, 1978.**
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- Enviado em 30/04/2024
Avaliado em 15/06/2024

O COOPERATIVISMO NA EDUCAÇÃO PÓS PANDEMIA

Jaíne Cristiane Wentroba²⁵

Anderson Harlos Reis²⁶

Louise de Lira Roedel Botelho²⁷

Resumo

É possível considerar que o processo vivenciado durante a pandemia do COVID-19 foi importante marco no contexto da educação, somando a um modelo falho, a pandemia da COVID-19 escancarou os problemas da educação brasileira. Nesse sentido, procurou-se apresentar a complexidade que a educação enfrentou durante as aulas remotas em tempos de pandemia e o cooperativismo no contexto educacional como uma nova proposta na educação. As cooperativas educacionais tem transformado a relação entre escola e casa, o qual atua como base para o desenvolvimento social, transformando a vida das pessoas, adotando um modelo pautado nos princípios cooperativistas, trazendo grandes benefícios.

Palavras-chaves: Cooperativismo. Educação. Pandemia.

Abstract

It is possible to consider that the process experienced during the COVID-19 pandemic was an important milestone in the context of education, adding to a flawed model, the COVID-19 pandemic exposed the problems of Brazilian education. In this sense, we sought to present the complexity that education faced during remote classes in times of pandemic and cooperativism in the educational context as a new proposal in education. Educational cooperatives have transformed the relationship between school and home, which acts as a basis for social development, transforming people's lives, adopting a model based on cooperative principles, bringing great benefits.

Keywords: Cooperativism. Education. Pandemic.

As considerações iniciais

No Brasil, o ensino na modalidade a distância foi normalizado pelo Decreto nº 5.622 de 2005 do Ministério da Educação, que regulamenta o Art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2005). O ensino a distância sempre foi ofertado pela maioria das instituições que oferecem cursos presenciais, como graduação e pós-graduação na modalidade EaD. Assim como empresas de diferentes segmentos do mercado, tem oferecido treinamentos on-line aos seus colaboradores e funcionários. Com a chegada da pandemia que perdurou de março de 2020 a maio de 2023, segundo (GOV, 2023), a educação sofreu uma brusca mudança, a adaptação teve que ser de forma rápida e ágil, e na busca de diferentes métodos para dar continuidade as aulas para não piorasse ainda mais o contexto educacional que se encontrava em crise mesmo antes da pandemia.

²⁵ Professora do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santo Ângelo; Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo.

²⁶ Advogado – Formado pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Especialista em Direito Previdenciário pela Faveni – Faculdade Venda Nova do Imigrante.

²⁷ Pós doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Prof.^a Titular do Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo/RS. Prof.^a Colaboradora do Programa Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC).

Desta forma as aulas no ensino a distância se tornaram uma saída para dar a continuidade nos estudos, porém essas aulas não foram inclusivas e acessíveis a todos. Houve pouco investimento na área educacional, além de não ter acontecido nenhuma assistência adequada em relação das aulas remotas, tão pouco os professores tinham habilidades ou preparo para administrar uma aula on-line (LIN, 2021).

Diante deste contexto, iniciativas de cooperativas tem encontrado um cenário favorável na elaboração de propostas e serviços relacionados ao ensino a distância. Como por exemplo as cooperativas formadas por especialistas na área da educação e empresas que dão suporte técnico à transmissão de conteúdo.

Posto isso, o artigo pretende discutir os desafios das aulas em tempos de pandemia, estendendo aos cursos de ensino superior, e a proposta do cooperativismo como ato de transformação na educação. Através do método de revisão de literatura.

Metodologia

A metodologia utilizada neste trabalho é de abordagem qualitativa, com a análise descritiva dos dados secundários e sites confiáveis e publicações de periódicos, com a finalidade de acompanhar, os impactos e influências diretas referentes às aulas remotas em tempos de pandemia e sua relação com uma nova educação voltado ao cooperativismo.

Os desafios das aulas remotas em tempos de pandemia

Com a chegada da pandemia teve a suspensão de atividades de aulas presenciais, muitas universidades brasileiras adotaram o ensino emergencial a distância para dar continuidade ao período letivo, professores e estudantes tiveram que se adaptar abruptamente a esse novo ensino. Com a necessidade de implementar os meios digitais, conforme as orientações da Portaria do Ministério da Educação (MEC) n.º 343 de 18 de março de 2020 que, posteriormente foi alterada pela Portaria n.º 345, publicada em 19 de março de 2020 e no dia 17 de junho de 2020 consolidado pela Portaria n.º 544, as Instituições de Ensino Superior (IES) da modalidade presencial, passaram a realizar o Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Muitos foram os desafios para dar continuidade na educação, principalmente a dificuldade de professores e estudantes com o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, para (SALLES, 2020, não paginado) “dentro da realidade de nossos estudantes, há um déficit de acesso à tecnologia digitais que afetaria também a vida universitária, atividades remotas, nesses casos, nos levariam excluir ainda mais os já excluídos”.

A pandemia se estendeu por 3 anos, sucedendo muito impacto nos métodos de ensino, devidos aos fatores socioeconômico, muitos alunos não conseguiam assistir as aulas online e também por falta de material adequado (ROSA, 2020). Já os professores tiveram que aperfeiçoar o modo de ensino, passaram a ajustar os planos de aula, buscar novas tecnologias e ainda adaptar os espaços nas suas casas, tentando assim adequar o ensino presencial a realidade do ensino desenvolvido a distância, e se adaptar a várias ferramentas como Google Meet, Plataforma Moodle, Chats e Live (Transmissão ao vivo) (LUNARDI *et al.*, 2021).

Os alunos também tiveram que se adaptar a esse novo ensino, porém muitos ainda não têm acesso as tecnologias digitais, ou por não possuírem condições de moradia adequada para acompanhar de maneira satisfatória os momentos de aulas virtuais, e ainda famílias que tem apenas um computador para cinco irmãos utilizar ao mesmo tempo, por exemplo, o que leva uma aprendizagem muito insatisfatória (SILUS; FONSECA; JESUS, 2020). Portanto, as situações de

dificuldade que os estudantes passam, eles ficam cada vez mais expostos à desmotivação para continuidade dos estudos (FARIAS, *et al.*, 2018).

Alguns pesquisadores entendem que é preciso pensar em novos modelos educacionais, pois a ampliação do uso de tecnologias veio para ficar, portanto:

os desafios enfrentados por professores e alunos, podem também ser considerados como uma proposta desafiadora e estimulante, e não como dificuldade, pois, pensando na capacidade de superá-las, tornam-se habilidades, podendo ser classificadas como competências, que são extremamente necessárias para os dias atuais, com as quais a sociedade precisa desenvolver para se adaptar a uma realidade em que as tecnologias, o mundo digital e as novas formas de relações humanas estão cada vez evidentes e naturais (NÓBREGA; OLIVEIRA, 2021).

Além da precariedade estrutura tecnológica e das dificuldades de acesso, a falta de habilidade e o acúmulo de atividades foi o que mais afetou alunos e professores, sendo que quase 90% dos professores não tinham experiência com aulas remotas antes da pandemia, e 42% seguiam sem treinamento apropriado, aprendendo por conta própria, e 21% consideraram muito difícil lidar com tecnologias digitais (OLIVEIRA, 2020).

É preciso investir em políticas públicas, estratégias e recursos necessários para fornecer aos alunos dispositivos e conectividade, explorar parcerias com cooperativas, setores privados e a comunidade, e definir claramente os papéis e expectativas dos professores para orientar e apoiar a aprendizagem dos discentes para a aprendizagem autodirigida, criar site de comunicação para professores e alunos, sugestões de atividades e recursos adicionais, uma parceria de apoio aos estudantes mais vulneráveis, melhorar a comunicação e colaboração entre os alunos para promover a aprendizagem mútua e colaborativa (CARNEIRO *et al.*, 2020).

Os desafios da educação remota no ensino superior em tempo de isolamento social

Nas instituições de ensino superior privadas, esta mudança deu-se quase imediatamente ao surgimento da pandemia, e o cenário de preocupação e frustrações é o mesmo, a educação do ensino superior, teve um desafio muito grande em estimular práticas de ensino com base em metodologias ativas de ensino-aprendizagem, (BARBOSA; VIEGAS; BATISTA, 2020). Dessa forma, assumem um destaque estratégico, o qual representa um fator crítico no desenvolvimento de iniciativas educacionais, cabendo destacar:

Apesar do pouco investimento na formação pedagógica dos docentes frente aos novos requerimentos dessa função, o papel do educador vem se transformando ao longo dos anos, particularmente no sentido de buscar um maior diálogo com novas demandas emergentes nas sociedades pós-modernas. (LARA, *et al.*, 2019, p. 2).

Somente 83% das universidades do Brasil suspenderam suas atividades acadêmicas durante a pandemia e 17%, dos cursos de graduação estavam funcionando de forma remota, já os cursos de pós-graduação este indicador é de 58%, sendo que estava funcionando de maneira remota em diversas universidades, porém houve uma baixa adesão ao acesso as universidades durante esse tempo (CARNEIRO *et al.*, 2020).

Conforme (ZAJAK, 2020) educar é garantir aos jovens o seu pleno desenvolvimento, a partir de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Art. nº 206), entretanto, percebe-se, no atual momento, que tal proposição não está sendo garantida, em suma, pois não há igualdade de condições de acesso à educação entre os estudantes. A educação se mostra como uma

tarefa importante numa sociedade com tantas desigualdades, é um vetor indispensável para que os seres humanos se apropriem dos mecanismos para desenvolver a condição de agentes em suas escolhas (SEN, 2000).

As Instituições de Ensino Superior no período da pandemia tiveram papel fundamental nas mudanças de paradigmas de que o ensino a distância no Brasil é inferior ao presencial (CORDEIRO *et al.*, 2020). Conforme afirmam Maia e Mattar (2008), o ensino a distância requer planejamento, estudo e organização, devolver estratégias de ensino e aprendizagem levando em consideração as modalidades síncronas e assíncronas de um ensino a distância eficaz e de qualidade, com o intuito de obter e atingir o máximo de aproveitando possível. As experiências do ensino remoto é algo necessário devido a pandemia, a qual foi pensada com soluções rápidas para atender as intuições de ensino dentro de um prazo programado, em um ambiente totalmente novo, com apoio de tutores e dos recursos de TICs (BISPO, 2020).

Apesar das tecnologias terem colaborado com a emergência desse novo ensino adaptado:

As TICs fazem parte direta ou indiretamente, da rotina das escolas e da realidade de muitos professores e estudantes, a utilização delas no período de pandemia, para substituir os encontros presenciais, tem encontrado vários desafios, entre eles: a infraestrutura das casas de professores e estudantes; as tecnologias utilizadas; o acesso (ou a falta dele) dos estudantes à internet; a formação dos professores para planejar e executar atividades online. (SOUZA, 2020, p. 114)

O chamado ensino remoto, trouxe uma transformação nas redes de ensino, gerando uma migração de transposição de práticas e metodologias do ensino presencial para as plataformas virtuais de aprendizagem.

Neste sentido, as universidades estão reorganizando e oferecendo um modelo totalmente diferente, no qual se tem um currículo personalizado, chamativo e ao mesmo tempo envolvente para chamar novos alunos, são novos tempos, com diferentes desafios, as disciplinas agora são construídas a partir das competências que os estudantes precisam desenvolver para o atual mercado de trabalho (CAMPOS, 2021).

Cooperativismo e o Contexto Educacional Pandêmico

Devido as transformações tecnológicas que o mundo vem sofrendo, assim como a situação do período pandêmico, cada vez mais desafiador e exigente as cooperativas estão cada vez mais envolvidas com a sobrevivência da empresa cooperativa, assim como também no contexto educacional, dando sempre um aporte necessário (SOUZA *et al.*, 2021). O mercado educacional passou por grandes transformações que se iniciaram desde o ensino mais básico ao ensino superior, necessitando de agentes transformadores (BAALBEK, 2021). Neste sentido o cooperativismo educacional tem o objetivo de promover a educação nas escolas, estabelecimentos de ensino, com uma proposta de uma gestão democrática (COEDUCAR, 2023).

A educação cooperativa agrega valores fundamentais a vida das pessoas e proporciona seu desenvolvimento integral, estimulando a participação e esforços, para obter melhores resultados possíveis (VALADARES, 2005). O modelo educacional e cooperativista enfatiza a solidariedade e cooperação e crescimento unilateral entre as pessoas, esse sistema busca alinhar uma formação que atinge os ideais propostos na educação (FROÉS, 2001).

O cooperativismo está centrado na autogestão, a qual demanda uma participação efetiva de seus membros, deste modo, as cooperativas têm o papel de educar e capacitar, seja os associados ou qualquer entidade prestadora de serviços, através de palestras, reuniões, informativos, programas de capacitações, participações educacionais nas escolas e eventos (MORAES, 2020). O modelo de

cooperativa educacional tem o objetivo de incentivar e despertar o interesse dos alunos nas aulas, estimular a troca de conhecimento. Por isso, na cooperativa educacional as relações são delimitadas como: Professor e aluno; aluno e professor; aluno e aluno (RECK, 2000).

As cooperativas educacionais, implementam um novo mecanismo, proporcionando trabalhos voltados para a prática educacional e resolução de problemas e atividades que estimulem a responsabilidade em equipe (SOUZA *et al.*, 2021).

A origem das cooperativas educacionais se iniciou no Brasil, em 1984 em Belo Horizonte, foi fundada as Escolas Reunidas Cooperativa Ltda, que foi chamada de Cooperativa de trabalho Educacional Ltda (Cotel), no entanto o cooperativismo educacional só foi acontecer em 1987 com a criação da Cooperativa de Ensino de Itumbiara (CEI), só existiam 11 cooperativas educacionais no Brasil até o ano de 1980, no entanto no ano de 1990 aconteceu um aumento significativo do número de cooperativas do setor, contando com 80 escolas, esse aumento se teve pelo fato do descontentamento da população com a qualidade da educação e a má remuneração dos professores e o aumento das mensalidades nas escolas particulares (AIILOS, 2023).

A diferença das cooperativas educacionais é o fato delas serem instituições que possuem um custo mais acessível e um ensino de alta qualidade para os alunos. Portanto a tendência é que cresça cada vez mais as cooperativas no Brasil, além dos alunos aprenderem a lidar com problemas de maneira mais responsável, sem se preocupar com possíveis consequências futuramente, portanto, é um grande investimento, e necessário para transformar a educação que é tradicional (SERVA *et al.*, 1994).

E o que torna as cooperativas educacionais diferenciadas, é que os próprios pais e alunos administram as escolas, e entendem a valorização que ela tem:

As cooperativas educacionais têm por objetivo proporcionar, a custo acessível, um ensino de qualidade aos filhos dos cooperados. Isso só é possível porque essas instituições não visam ao lucro, ao contrário das escolas particulares. E os professores promovem a educação com base nos valores da democracia, cidadania, cooperação e desenvolvimento da comunidade (SEBRAE, 2022, sem paginação).

As cooperativas educacionais é um ambiente que sempre está em busca de atualizações e no bom desempenho dos alunos, sempre preocupados com o futuro, focando sempre melhorar na formação de cidadãos comprometidos com as questões sociais e com a sua comunidade, voltado aos valores do cooperativismo (OCB/MT, 2022).

Considerações finais

Com a pós pandemia o ensino educacional teve que ser reformulado e adaptado as possibilidades do mundo online, ou seja, aulas EaD e cursos híbridos se tornaram algo presente até os dias atuais. As universidades e instituições passaram a ofertar graduações compostas por nano cursos com certificações para cada um deles e que desenvolva habilidades e competências requisitadas pelo mercado de trabalho. Assim como também o recebido de um diploma com aulas 100% via internet, sendo que agora virou uma coisa “normal” na era home-office pelos estudantes de mestrado e doutorado, assim como da graduação. No entanto, a necessidade de distanciamento social criou solo fértil para a popularização dos cursos online em 2020, a procura por curso online aumentou muito principalmente na pós-graduações lato sensu (MBA e especializações), o que nos mostra que o futuro da educação será com a evolução das tecnologias educacionais, pois os tempos são outros, as reuniões online por exemplo tem facilitado muito a vida das pessoas, os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), a curadoria e produção das videoaulas, as bibliotecas digitais, os

laboratórios interativos e os sistemas avaliativos estão mais desenvolvidos para atender as necessidades na educação.

Os futuros profissionais terão o desafio de atender e lidar com diferentes públicos, onde for solicitado, e propondo soluções em demanda da sociedade, principalmente a educação que precisará de profissionais capacitados e prontos para atuar nessa nova realidade, usando cada vez mais a tecnologia ao seu favor, portanto é necessário investir em uma educação de qualidade, e as cooperativas educacionais está aí para mudar e auxiliar essa demanda, promovendo uma educação que forma cidadãos para a vida, onde passam a ter contato com um mundo de oportunidades e possibilidades.

Salientando que, as cooperativas educacionais o trabalho colaborativo está presente em tudo, desde o jeito de administrar até as atividades que são desenvolvidas em aula, é uma educação mais participativa e ativa entre o professor e o aluno, sendo que o objetivo principal é levar os conhecimentos que ajudam a construir o presente e o futuro desses alunos.

Referências

- AILOS. **Cooperativa educacional: o que é e qual sua importância?** 2023. Disponível em: <https://blog.ailos.coop.br/cooperativismo/cooperativa-educacional/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A. S.; BATISTA, R. L. N. F. F. Aulas presenciais em tempos de pandemia: Relatos de Experiência de professores do nível Superior sobre as aulas remotas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 255-280, out. 2020.
- BAALBEK. **O que são cooperativas educacionais?** 2021. Disponível em: <https://www.baalbek.com.br/o-que-sao-cooperativas-educacionais/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. DECRETO Nº 5.622, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2005. **Diário da Justiça**: seção 1, Brasília, DF, dez 2005, Página 1.
- BISPO, P. A. Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação superior em tempos de Pandemia: Os novos desafios no Enfrentamento ao Ensino Remoto. **Revista Fatec de Tecnologia e Ciências**, Bahia, v. 5, n. 1, p. 1-16, 2020.
- CAMPOS, D. **Ensino superior pós-pandemia: quais as tendências do setor em 2021.** 2021. Disponível em: <https://www.fundacred.org.br/site/2021/01/13/ensino-superior-pos-pandemia-quais-as-tendencias-do-setor-em-2021/>. Acesso em: 25 out. 2023.
- CARNEIRO, L. de A. *et al.* Uso de tecnologias no ensino superior público brasileiro em tempos de pandemia COVID-19. **Research, Society And Developmen**, Tocantins, v. 9, n. 8, p. 1-18, 2020.
- CORDEIRO, M. V. C. *et al.* Os Novos Desafios dos Professores de IES no Pós Pandemia: Um Estudo Realizado Com Docentes das Instituições de Ensino Superior de Juazeiro do Norte - Ceará. **Id On Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, ceara, v. 14, n. 52, p. 703-717, out. 2020.
- COEDUCAR. **O que é uma Cooperativa Educacional?** 2023. Disponível em: <https://www.coeducarvicosa.com.br/a-cooperativa/quem-somos>. Acesso em: 17 out. 2023.
- FARIAS, R. A. S. *et al.* Problemas percebidos pelos professores na docência em Administração. **REPAE**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 374-404, 2018.
- FROÉS, O. **Cooperativas de educação.** São Paulo: Mackenzie: Forense Universitária, 2001.
- GOV.BR. **OMS classifica coronavírus como pandemia.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Acesso em: 17 out. 2023.
- LARA, E. M. de O. *et al.* O professor nas metodologias ativas e as nuances entre ensinar e aprender: desafios e possibilidades. **Interface**, Botucatu, v. 23, p. 1-15, 2019.
- LUNARDI, N. M. S. *S et al.* Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-22, 2021.
- LIN, N. **Evasão do ensino superior privado aumenta na pandemia.** 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2021-06/evasao-do-ensino-superior-privado-aumenta-na-pandemia>. Acesso em: 23 out. 2023.

- MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. Pearson Prentice Hall, 2008.
- MORAES, M. B. Q. de. Escolas cooperativas educacionais. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 81-91, mar. 2020.
- NÓBREGA, L.; OLIVEIRA, F. L. de. Os desafios da educação remota em tempos de isolamento social. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 14, abr. 2021.
- OLIVEIRA, E. **Quase 90% dos professores não tinham experiência com aulas remotas antes da pandemia; 42% seguem sem treinamento, aponta pesquisa**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/08/quase-90percent-dos-professores-nao-tinham-experiencia-com-aulas-remotas-antes-da-pandemia-42percent-seguem-sem-treinamento-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2023.
- OCB/MT, Sistema. **Cooperativas educacionais e a educação 4.0**. 2022. Disponível em: <https://www.sescoopmt.coop.br/noticias/cooperativas-educacionais-e-a-educacao-4-0/7924>. Acesso em: 17 out. 2023.
- ROSA, R. T. N. da. Das aulas presenciais às aulas remotas: as abruptas mudanças impulsionadas na docência pela ação do Corona vírus - o COVID-19. **Rev. Cient. Schola**, Santa Maria, v. 6, n. 1, jul. 2020.
- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- SALLES, J. C. **Desafios da Educação Superior na Pandemia**. 2020. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2020/07/06/desafios-da-educacao-superior-na-pandemia/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- SOUZA, E. P. de. Educação em tempos de pandemia: desafios e possibilidades. **Cadernos de Ciênciassociais Aplicadas**, Vitória da Conquista/Ba, v. 17, n. 30, p. 110-118, dez. 2020.
- SOUZA, B. G. de *et al.* Cooperativismo na Educação a Distância: Uma Nova proposta para o Ensino. **Revista Aproximação**, Paraná, v. 3, n. 7, p. 32-38, dez. 2021.
- SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SERVA, M. *et al.* Um novo ator no cenário organizacional: as cooperativas educacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 46-53, ago. 1994.
- SEBRAE. **A importância das cooperativas educacionais**. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-importancia-das-cooperativas-educacionais,0f60702b263a2810VgnVCM100000d701210aRCRD#:~:text=As%20cooperativas%20educacionais%20t%C3%AAm%20por,ao%20contr%C3%A1rio%20das%20escolas%20particulare s..> Acesso em: 17 out. 2023.
- SILUS, A.; FONSECA, A. L. de C.; JESUS, D. L. N. de. Desafios do ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da COVID-19: repensando a prática docente. **Liinc em Revista**, Mato Grosso do Sul, v. 16, n. 2, p. 1-17, dez. 2020.
- ZAJAK, D. **Ensino Remoto na Educação Básica e COVID-19: um agravo ao Direito à Educação e outros impasses**. EPUFABC. Maio. 2020. Disponível em: <http://proec.ufabc.edu.br/epufabc/ensino-remoto-na-educacao-basica/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- Enviado em 30/04/2024
Avaliado em 15/06/2024